

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Kelvin Emmanuel Pereira da Silva

A OPOSIÇÃO DE OFICIAIS DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL AO
GOLPE DE ESTADO DE 1964

Porto Alegre

2016

Kelvin Emmanuel Pereira da Silva

A OPOSIÇÃO DE OFICIAIS DA BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL AO
GOLPE DE ESTADO DE 1964

Monografia apresentada ao curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, sob orientação da Prof^a Carla Simone Rodeghero.

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Kelvin Emmanuel Pereira da
A oposição de oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul ao golpe de Estado de 1964 / Kelvin Emmanuel Pereira da Silva. -- 2016.
74 f.

Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. golpe de 1964. 2. Brigada Militar do Rio Grande do Sul. 3. Leonel Brizola. 4. III Exército. 5. PTB. I. Rodeghero, Carla Simone, orient. II. Título.

Este trabalho é dedicado àquelas/àqueles que acreditam na educação como processo transformador da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Iniciar, continuar e finalizar um TCC não é uma tarefa fácil, pois demanda dedicação. Todavia, torna-se um processo extremamente prazeroso, na medida em que é possível visualizar todo o esforço empreendido na sistematização daquilo que se apreendeu ao longo da graduação. Avaliar e analisar um objeto de estudo, realizar as leituras das bibliografias, questionar a todo o momento as fontes, produzir uma narrativa que encaminhe todas as problematizações para possíveis conclusões, são procedimentos que me fizeram admirar a profissão que escolhi, não me poupando para construir conhecimento que espero que seja acessível para o maior número de pessoas. Todavia, nada disso seria possível sem muitas pessoas ao meu redor.

Dessa forma, começo por agradecer imensamente àquela pessoa que me fez ver na docência o caminho mais nobre para mudar o mundo: minha mãe. Professora, amiga, paciente, compreensível, conselheira, entre tantos outros adjetivos que me fazem ter orgulho de ser filho dela. Estendo meus agradecimentos à minha avó, que na sua inspiradora história de vida, motiva-me a não abaixar a cabeça e a transpor todos os obstáculos existentes. Agradeço ao meu pai, que se dedica a me mostrar o caminho da humildade para conquistar os objetivos na vida, transformando a realidade numa zona de conforto entre tantos percalços existentes. Não poderia deixar de agradecer aos meus grandes amigos-irmãos, que estão sempre ao meu lado, apoiando-me e me incentivando a lutar pelos meus sonhos.

Agradeço à minha orientadora, prof^ª Carla Simone Rodeghero, que pacientemente, ajudou-me a construir mecanismos de análise que me possibilitaram chegar à minha pesquisa. Agradeço aos momentos em que me auxiliou com as bibliografias e com o encaminhamento da escrita dessa monografia.

Agradeço ainda, a todas/os as/os professoras/es do Departamento de História e da Faculdade de Educação que me proporcionaram as bases para a construção do conhecimento que, ao longo da graduação, serviu-me não só para me estabelecer profissionalmente, mas também pessoalmente. Não posso deixar de terminar agradecendo as/os professoras/es do Ensino Fundamental e Médio, sem as/os quais o caminho à universidade pública não seria possível. O curso que agora termino realmente mudou minha vida e meu olhar para a sociedade. Dessa forma, recomendo que em algum momento de sua vida, caro/a leitor/a, possa desfrutar desse magnífico caminho de descobertas e surpresas sobre o mundo.

RESUMO

Durante o golpe de Estado de 1964, alguns policiais militares da Brigada Militar do Rio Grande do Sul (Polícia Militar) não concordaram com as ações de apoio à deposição de João Goulart, articuladas e efetivadas pelo comandante da instituição. Resolveram então se opor à ruptura da ordem democrática. Todavia, com a consolidação da ditadura civil-militar e o início do processo de perseguição aos opositores do novo regime, 39 oficiais foram acusados através de um inquérito policial militar de subverterem a ordem política. Nessa acusação estava inserida a lógica de que defender a ordem democrática significava apoiar a deposição do então presidente da República. Assim, para o entendimento daqueles que legitimaram o golpe, os oficiais ao se oporem a isso, estavam indo contra a ordem do comandante. Dessa forma, como problema de pesquisa, indaguei quais seriam as razões que levaram os 39 oficiais a se oporem ao golpe e tomei como objeto de estudo justamente a atuação desses policiais. Para compreender tal oposição, parti de uma metodologia de análise crítica sobre as fontes escritas, as quais se referem a um processo de apelação, que contém o inquérito policial militar, a processos indenizatórios de alguns desses oficiais e a um livro de memórias escrito por um desses acusados. Nessa análise e inserindo a pesquisa em uma revisão bibliográfica sobre o tema, compreendi diferentes motivos que levaram esses oficiais à oposição, constituindo assim uma crítica sobre a análise que entendia a atuação desses oficiais como tendo sido homogênea. Entre os níveis das razões, pude notar questões como a preferência pelo projeto político do presidente deposto e o compromisso institucional de garantir a ordem democrática.

Palavras-chave: Golpe de 1964. Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Leonel Brizola. III Exército. PTB.

ABSTRACT

During the 1964 coup d'etat, some military police from Military Brigade of Rio Grande do Sul (Military Police) did not agree with the actions that supported the deposition of João Goulart, hinged and made effective by the commander of the institution. Then, they decided to oppose themselves to the break of the democratic order. However, with the civil-military dictatorship consolidation and the beginning of the chase process to the new regime opponents, 39 officers were accused, by a military police inquiry, of policy order subversion. In this accusation was inserted the logic that defending the democratic order meant to support the president deposition. So, for the understanding of those that legitimized the coup, the officers, when get the opposed, were going against the order of the commander. Thus, as search problem, I asked what would be the reasons that made the 39 officers to get opposed to the coup and I took as study object precisely the acting of these military police. To understand this opposition, I went from a critical analysis methodology about the written sources such as those which refer to an appeal process, which contains the military police inquiry, to indemnity process of some these officers and to a book of memories written by one of these accused. In this analysis and inserting the search in a bibliographic review about the theme, I realized different reasons that led these officers to the opposition, building in this way a criticism about the analysis that used to understand the practice of the officers as being homogeneous. Among the levels of reasons, I noticed questions as preference for the politic project of the deposed president and the institutional commitment to ensure a democratic order.

Keywords: 1964 coup. Military Brigada of Rio Grande do Sul. Leonel Brizola. III Army. PTB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADP – Ação Democrática Popular

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BNM – Brasil: Nunca Mais

CJM – Código de Justiça Militar

COM – Código Penal Militar

CPPM – Código Processual Penal Militar

IPM – Inquérito Policial Militar

PDC – Partido Democrático Cristão

PL – Partido Libertador

PRP – Partido da Representação Popular

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STM – Superior Tribunal Militar

UDN – União Democrática Nacional

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 Introdução.....	8
2 O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul.....	16
2.1 A Brigada Militar e sua relação com o golpe	18
2.2 O III Exército e sua relação com o golpe	21
2.3 A requisição da Brigada Militar pelo III Exército.....	23
2.4 As particularidades no uso das fontes	27
3 Oficiais da Brigada Militar na construção da oposição ao golpe civil-militar de 1964	32
3.1 As razões para a construção da oposição ao golpe de 1964	35
3.1.1 A perspectiva da heterogeneidade sobre o estudo da relação entre militares e política..	46
3.2 A acusação de pertencimento ao Grupo dos Onze	51
3.2.1 A relação entre a esquerda e os policiais militares.....	58
3.2.2 A relação do PTB com os oficiais da Brigada Militar.....	62
3.3 O pós-golpe e as consequências aos oficiais da Brigada Militar.....	64
4 Conclusão	67
5 Referências	71

1 Introdução

A posição do Rio Grande do Sul no contexto do golpe de Estado civil-militar de 1964 foi tão significativa quanto na Campanha da Legalidade em 1961. Todavia, não se trata de uma posição de um governo, de uma instituição, do estado em si, mas sim de indivíduos que possuíam posições políticas específicas. Ou seja, compreender como o Rio Grande do Sul se posicionou em 31 de março de 1964 é uma tarefa complexa que exige compreender quais foram os posicionamentos de integrantes de determinadas instituições. Em dado momento, a escolha política de um indivíduo que está à frente de alguma instituição pode representar a visão geral dessa, como é o caso do governador à época do golpe, Ildo Meneghetti, que não só apoiou o movimento, como transferiu a capital do Rio Grande do Sul de Porto Alegre para Passo Fundo temendo que pudesse a vir ser deposto pelas forças antigolpistas.¹

Todavia, a posição de um indivíduo à frente de alguma instituição que pode aparentar a visão geral dessa não implica na existência de posições diferentes. No caso do presente estudo, a instituição escolhida para análise foi a Brigada Militar, que à época do golpe de Estado, possuía como comandante o coronel Octávio Frota, cuja decisão política foi de apoio à deposição de João Goulart da Presidência da República. Esse coronel permaneceu no Comando Geral da Brigada Militar de 1963 a 1967.²

A ação antidemocrática do coronel pode num primeiro momento dar a entender que a Brigada Militar tomou esse mesmo caminho de concordar com a deposição do presidente. Porém, na análise que proponho para esse trabalho, que é de atentar para ação dos indivíduos no seio das instituições, percebo que outros policiais militares recusarem apoiar o golpe.

Em 1º de abril de 1964, quando estava em curso o golpe de Estado, João Goulart nomeia para comandar o III Exército, o general Ladário Pereira Teles, em substituição ao general Benjamim Rodrigues Galhardo, já que esse não teria se manifestado e agido de alguma forma contrária às movimentações das tropas do general Olímpio Mourão em Minas Gerais, que depôs o presidente.³ O general Ladário Pereira Teles requisita ao governador do

¹ ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: a transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 56-58.

² RIBEIRO, Lucas Cabral. *Os Onze da Brigada Militar: as relações políticas da Brigada Militar e seus conflitos internos na consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2013. p. 51.

³ MELLO, Maildes Alves de. *Jantar dos Inocentes – a Saga dos Expurgados*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1997, p. 22.

estado do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, a disposição das tropas da Brigada Militar. Meneghetti responde negativamente a tal requisição.⁴

O coronel Otávio Frota informa a seus subordinados da decisão de não dispor de suas tropas ao Exército, porém alguns policiais militares decidem se apresentar no Quartel General do III Exército. Um deles foi o então tenente-coronel Daisson Gomes da Silva.⁵ O general Ladário Pereira Telles designa-o para assumir o Comando da Brigada Militar.

Segundo o processo de acusação – disponibilizado no sítio eletrônico do Brasil Nunca Mais, ainda na tarde do dia 1º de abril, o tenente-coronel Daisson repassa seguinte mensagem pela Cadeia da Legalidade: “O Ten Cel Daisson Gomes da Silva, novo comandante geral da Brigada Militar, convoca os elementos da reserva para uma reunião às 18 horas, nos fundos da Prefeitura Municipal, onde está instalado o ‘QG da Legalidade’”⁶. Apesar dessa movimentação, o coronel Octávio Frota foi mantido em seu cargo no comando da Brigada Militar.

Outros policiais militares foram acusados de se apresentarem no Quartel General do III Exército.⁷ Entre eles estava o coronel da reserva Dirceu de Assis Canabarro Trois e o coronel também da reserva Octacílio Barbosa da Silva. Esses dois coronéis eram na época, respectivamente o presidente e o secretário geral do Diretório General Ernesto Dorneles, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Esses dois militares foram acusados de incentivar a formação dos Grupos dos Onze. O coronel reformado Venâncio Baptista seria um dos que tentou articular com o coronel Octávio Frota para que esse passasse o Comando da Brigada Militar ao tenente-coronel Daisson Gomes da Silva.

O tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, então Diretor do Serviço Nacional de Municípios (SENAM), foi acusado também de incentivar a organização dos Grupos dos Onze. Esse tenente-coronel parece ter sido um dos militares mais influentes nesse processo de formação de um grupo de policiais militares que se colocaria contra o golpe de 1964. Ao analisar o processo indenizatório do próprio tenente-coronel Neme, encaminhado em 12 de agosto de 1998 à Comissão Especial encarregada de receber e avaliar as requisições de indenização da parte do governo estadual, pode-se perceber sua proximidade com os políticos gaúchos, a começar com o governo de Ernesto Dorneles, no qual foi tenente ajudante de ordens.⁸ No governo de Leonel Brizola foi ajudante de ordens da Casa Militar, ombudsman

⁴ Processo BNM 284, p. 29.

⁵ Os postos hierárquicos dos militares mencionados nesse trabalho são referentes a 1964.

⁶ Processo BNM 284, p. 14.

⁷ Processo BNM 284, p. 10-11.

⁸ Processo indenizatório. APERS 6229-1200/98-2, p. 24-29.

do governo, chefe das viagens do governador no estado e no Brasil. Na Campanha da Legalidade de 1961 atuou ao lado do governador Brizola. No regime parlamentarista foi enviado para Brasília para intermediar o contato entre o presidente Goulart e o governador Brizola. Comandou o escritório da campanha a deputado federal de Brizola pelo estado da Guanabara e quando esse assumiu o cargo, o tenente-coronel Neme foi designado para chefiar o gabinete político brizolista no Rio Grande do Sul. Além disso, organizou a Associação dos Chefes de Serviço Federal, com o intuito de tornar uníssono o trabalho dos órgãos do governo de Goulart. Em 28 de março de 1964, o então deputado Brizola convidou o tenente-coronel Neme a chefiar os Grupos dos Onze em Rio Grande.

Pelos documentos presentes no processo de indenização, sabe-se que a proximidade do tenente-coronel Emílio João Pedro Neme com Brizola e Goulart, além de sua filiação ao PTB, fez com que depois do golpe de 1964, ele fosse vigiado constantemente. Por outro lado, esse tenente-coronel também possuía informações sobre a construção do golpe e em dado momento solicita que o presidente João Goulart receba o coronel Prado, para que esse lhe entregasse um relatório sobre o encaminhamento da ação golpista. Ao receber a notícia do início do golpe, o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme entra em contato com Brizola e o então prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise. Para esse último, Neme solicita que coloque a Polícia Municipal de prontidão. Além disso, convoca os chefes de Serviços Federal, e para uma reunião convoca mais de 30 oficiais da reserva da Brigada Militar “leais ao Presidente João Goulart e Leonel Brizola”⁹.

Assim, prosseguem as tentativas de construir a oposição ao golpe e os mais de 30 oficiais tentam articular com a Brigada a disposição da instituição ao III Exército. Para tal articulação resolvem escolher Neme para comandar, o que é vetado por Brizola que o queria ao lado do general Ladário. Para o comando, escolhe o tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, que foi acusado como também um dos principais organizadores dos Grupos dos Onze na Brigada Militar.¹⁰

Outros dois militares, coronel Mauro Pereira Caloy e coronel da reserva Militão da Silva Netto, pertencentes ao Diretório General Ernesto Dorneles, teriam se apresentado ao tenente-coronel Daisson Gomes da Silva. Outros militares que também foram acusados de se apresentaram foram o coronel da reserva Arduino de Vargas Zamo, tenente-coronel Solon Pelanda Franco, major Walter Emilio Nique, major Jacques da Rocha Motta, capitão Edy da Silva Cardoso, 1º tenente Ruy Martins Coimbra, capitão reformado Rosalino dos Santos

⁹ Ibid., p. 27.

¹⁰ Ibid., p. 27-28.

Dutra, capitão Lauro Lelis da Rosa, major reformado Oceano Alves de Mello, capitão João Nunes de Castilhos, capitão Maildes de Alves de Mello, capitão reformado Dorival Divino de Campos, major Viriato Natividade Duarte, 1º tenente Plínio Ivar da Rosa, 1º tenente Hélio Rodrigues Ribas, 2º tenente Igor Antônio Gomes Moreira¹¹ e o 1º tenente Miguel Archanjo de Farias¹². No total, 39 oficiais, foram acusados no mesmo processo de constituir os Grupos dos Onze na Brigada Militar.¹³

A acusação de atuação desses militares, juntamente com Leonel Brizola, levou-nos a indagar: por qual motivo policiais oficiais da Brigada Militar se alinham com Leonel Brizola, na tentativa de impedir o golpe de Estado de 1964? Essa pergunta surge principalmente a partir de leituras de bibliografias, as quais indicam de forma geral dois pontos: em primeiro lugar, a atuação sistemática de Leonel Brizola na articulação com militares, tanto das Forças Armadas quanto da Brigada Militar.¹⁴ Em segundo lugar, nessa articulação, de forma geral, os estudos demonstram que fora os militares subalternos que se relacionaram com Brizola.¹⁵ Nesse sentido, o processo de acusação disponível no sítio do Brasil Nunca Mais Digital, mostra que oficiais teriam apoiado Brizola e se colocado contra o golpe de 1964. O entendimento da bibliografia indica motivos pelos quais os militares subalternos tomariam a posição de apoio a Brizola e mesmo da manutenção da democracia. Assim, surge o objetivo de compreender os motivos que levaram oficiais a tomarem a mesma posição dos subalternos.

Porém, para tal questionamento é necessário avaliar outros tipos de fontes, que não seja apenas o processo de acusação. Dessa forma, ao longo da análise dos processos indenizatórios, que foram constituídos a partir da Lei 11.042 de 18 de novembro de 1997, através da qual o estado do Rio Grande do Sul “[...] reconheceu a responsabilidade dos danos físicos e psicológicos causados a pessoas por motivos políticos [...]”¹⁶ e estabeleceu as regras para a indenização, e do livro de memórias do então capitão Maildes Alves de Mello, percebi que não se tratava exclusivamente da relação de oficiais com Leonel Brizola no intuito de impedir o golpe de Estado. O confronto de fontes permitiu a compreensão de que nem todos os 39 oficiais se interessavam na articulação direta com Leonel Brizola. Ademais, embora

¹¹ Acusado de ter feito duas conferências no Diretório General Ernesto Dorneles “sobre a doutrina marxista e a necessidade da mudança radical do regime, pelo apoio às reformas de base”. Processo 284 BNM, pg. 18,

¹² Foram encontrados processos solicitando indenização à Comissão Especial em nome dos seguintes militares: Capitão Rosalino dos Santos Dutra (2146-1200/02-6 – APERS), Capitão João Nunes de Castilhos (6984-1200/98-7 - APERS), Capitão Maildes de Alves de Mello (6023-1200/98-0 – APERS).

¹³ Processo BMN 284, p. 10-11.

¹⁴ Na bibliografia pesquisada, o tema da relação entre Brizola e militares é constante: Stepan, 1975; Martins Filho, 1996; Chirio, 2012; Nogueira, 2003; Rolim, 2009.

¹⁵ Esse tema é tratado de forma indireta por todas as bibliografias anteriores, porém Nogueira e Rolim tratam da relação entre Brizola e os militares subalternos como objeto de estudo.

¹⁶ Processos indenizatórios. APERS 2813-1200/02-0, p. 3.

perceba a tentativa de impedir o golpe, os motivos pelos quais levaram os oficiais a tal ação poderiam divergir. Para alguns, com a manutenção de João Goulart na Presidência da República, tratava-se de garantir a lei e a ordem; para outros se tratava de garantir a continuidade e efetividade do projeto político das reformas de base. Ou seja, compreendo certa diversidade de razões na tentativa de impedimento do golpe, que aqui entendo como a construção de uma oposição. Assim, reformulei o problema de pesquisa: quais os motivos que levaram oficiais da Brigada Militar a se oporem ao golpe civil-militar de 1964?

Para desenvolver essa pesquisa e tentar responder à indagação, passo a compreender o tema da relação militares e política a partir da perspectiva que considera a ação dos indivíduos em suas instituições. Sobre o assunto, levo em conta a obra de João Roberto Martins Filho – *O Palácio e a Caserna*, na qual o autor discute as condições de heterogeneidade no horizonte das práticas políticas dos militares.¹⁷ Também levo em conta a obra de Alfred Stepan – *Os Militares na Política*, na qual o autor busca analisar como, no Brasil, as relações entre civis e militares se constituem de condições específicas, as quais são instituídas pela constante cooptação dos últimos pelos primeiros, para que os militares possam atuar na solução de crises políticas, a fim de que os objetivos das elites civis sejam atendidos.¹⁸ Além disso, esse mesmo autor considera que a partir de 1964, um novo padrão se instaura nessa relação: os militares deixam de ser moderadores e passam a ser dirigentes. Outra produção importante para a compreensão do tema é o trabalho de Maud Chirio – *A Política nos Quartéis*, onde a historiadora analisa diferentes meandros da ditadura civil-militar a partir dos conflitos internos entre os militares, que mesmo entre os legitimadores do regime instaurado, possuíam divergências quanto à condução das questões de repressão e economia, por exemplo.¹⁹ O tema militares e política neste trabalho está dimensionado dentro do período do golpe de 1964, o qual foi precedido por contantes conflitos e disputas de projetos distintos para o Brasil. Nesse sentido, coloca-se o trabalho da cientista política Argelina Figueiredo – *Democracia ou Reformas ?*, através do qual Maud Chirio compartilha da visão que “[...] contesta [...] os determinismos, sejam eles econômicos ou políticos-institucionais, e opta por uma abordagem baseada nas escolhas e estratégias de indivíduos racionais”.²⁰ É nesse sentido que encaminho

¹⁷ MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna – a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

¹⁸ STEPAN, Alfred. *Os militares na política – as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁹ CHIRIO, Maud. *A política nos Quartéis - Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

²⁰ Ibid, p. 240. A obra a qual a autora se refere é: FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

a interpretação do presente processo histórico de oposição dos oficiais da Brigada Militar ao golpe de 1964.

Para discutir esse processo, foi necessário atentar para a bibliografia que se dedica à análise dos policiais militares do Rio Grande do Sul e suas atuações no contexto histórico em análise, como é o caso do trabalho de Lucas Ribeiro – *Os Onze da Brigada Militar*, que também auxilia no questionamento da dimensão do Grupo dos Onze na Brigada Militar e a efetividade de sua existência nessa instituição.²¹ Além disso, foi necessária a leitura do trabalho de Sócrates Ragnini – *O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984*, que se dedica a compreender a repressão aos policiais militares que de alguma forma se manifestavam contra a ditadura civil-militar e até mesmo a repressão àqueles que eram apenas acusados de tomarem essa posição.²² No que se refere à análise da relação entre Leonel Brizola e alguns policiais militares, foi feita a leitura das dissertações de Marcelo Nogueira e César Rolim.²³²⁴ Por tratar nesta pesquisa com militares acusados pela Justiça Militar, a leitura da tese de Angela Moreira Domingues da Silva foi essencial para compreender como esse braço do judiciário se posicionou durante a ditadura.²⁵

A partir da percepção do tema com referência às obras citadas anteriormente, as questões mais específicas que pretendo explorar são: quem eram esses policiais militares da Brigada acusados de pertencimento aos Grupos dos Onze? O que eles pretendiam com a oposição ao golpe? Como pretendiam fazer isso? Por qual motivo? No que se refere aos policiais militares diretamente ligados a Leonel Brizola, indago se houve algum tipo de estratégia adotada por Brizola para contar com o apoio desses oficiais. Caso positivo: qual foi essa estratégia? Como ela foi adotada? Ela foi diferente da adotada com os militares subalternos? Outras questões que surgem: como interpretar a adesão de oficiais da Brigada à oposição ao golpe? Quais os resultados da ação de oposição? O que significa eles serem

²¹ RIBEIRO, Lucas Cabral. *Os Onze da Brigada Militar: as relações políticas da Brigada Militar e seus conflitos internos na consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2013.

²² RAGININI, Sócrates Mezzomo. *O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2005.

²³ NOGUEIRA, Marcelo D'Alencourt. *As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2006.

²⁴ ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os Setores Subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

²⁵ SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2011.

considerados como integrantes do Grupo dos Onze? Eles de fato integravam essa organização? Por qual motivo eles a integravam ou não integravam? Qual a relação desses oficiais com o Diretório Ernesto Dornelles? Qual a dimensão de atuação do Diretório Ernesto Dornelles em meio ao golpe de 1964? O que houve com esses policiais militares após o golpe e durante a ditadura civil-militar?

Percebo que a busca da compreensão das respostas a esses questionamentos e mesmo o tema desta pesquisa é relevante tendo em vista a necessidade de discussão e apresentação de militares que possuíam outros princípios políticos, divergentes daqueles que legitimaram a ditadura civil-militar. Além disso, faz-se necessário compreender suas posições no processo de instauração do golpe, questionando as acusações de que esses policiais militares seriam subversivos e estariam instigando a desordem social. No que se refere à historiografia, acredito que esse trabalho traga uma nova avaliação sobre os militares que se opuseram ao golpe, qual seja de compreender a diversidade de posicionamentos frente à decisão de manutenção da ordem democrática, já que os outros trabalhos tendem a avaliar essa diversidade de posicionamentos entre os militares golpistas.²⁶

Em relação às fontes, utilizei o processo de acusação disponível no sítio eletrônico do Brasil Nunca Mais Digital, através do qual me detive em analisar as descrições sobre a atuação dos oficiais, as quais estão inseridas na parte de acusação do IPM instaurado e anexado ao processo. Além disso, também me detive nas partes constituídas da defesa desses militares, as quais trazem explicações sobre os motivos que os levaram a atuar naquele momento em oposição ao golpe. Ao utilizar esse processo de acusação, é necessário estar atento ao fato de que se trata de uma fonte produzida por uma instância administrativa do Estado, ou seja, no que se refere à parte de acusação no IPM, é essencial confrontar com outra fonte, que ao menos tivesse sido produzida direta ou indiretamente pelos próprios oficiais ou por indivíduos que estivessem em consonância com o ato de não concordar com o golpe.

O processo do BNM Digital é a extensão do já iniciado *Brasil: Nunca Mais*, que nos anos 1980 pretendeu preservar os processos judiciais, os quais foram instaurados para apurar os crimes políticos. Nos anos 1980, a Arquidiocese de São Paulo e o Conselho Mundial de Igrejas desenvolveram a primeira etapa. A partir de 14 de junho de 2011, dezesseis entidades estiveram, de alguma forma, envolvidas na digitalização dos processos judiciais, entre elas: o Armazém Memória, o Ministério Público Federal (MPF), o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o Instituto de Políticas Relacionais, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI), a

²⁶ É o caso de Martins Filho e Chirio.

Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Rio de Janeiro (OAB-RJ), o Arquivo Nacional, o Center for Research Libraries/Latin American Microform Project, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas, Rubens Naves Santos Junior Advogados, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), a Universidade Metodista de São Paulo, a Brown University, o Superior Tribunal Militar (STM) e o Consulado Geral do Brasil em Chicago.²⁷

Desde o início do desenvolvimento do projeto de pesquisa deste trabalho, pretendi pesquisar algo relacionado aos militares e as tentativas de alguns desses de se oporem à ditadura de 1964. O sítio eletrônico do BNM Digital facilitou a busca por fontes que pudessem ser úteis. Pelo mecanismo de busca do próprio sítio eletrônico, é possível acessar os processos judiciais por organização política, cuja divisão possibilita encontrar os processos de militares. Foi por esse caminho que escolhi a fonte, que pelo sumário do BNM Digital possui a numeração 284 (BNM 284). O processo BNM 284 se estrutura a partir da apelação ao Superior Tribunal Militar de alguns dos acusados pela Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

No que se refere aos processos indenizatórios, disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, os quais possuem elementos de defesa produzidos por alguns oficiais ou mesmo por familiares e amigos desses, detive-me nas partes que demonstram outra visão sobre a atuação de oposição e mesmo os motivos que os levaram a agirem dessa forma. Normalmente, essa questão está presente em declarações, as quais embasam o pedido de indenização. Outra fonte que utilizei foi o livro de memórias de Maildes Alves de Mello – *Jantar dos Inocentes*, o qual aborda o relato de um dos integrantes desse grupo de oficiais, sobre o golpe e os expurgos. Nessa fonte, detive-me principalmente no posicionamento de Maildes frente aos acontecimentos, para que possa embasar minha perspectiva de análise. A noção de confronto entre as fontes e mesmo a crítica a essas surge a partir da leitura de Carlos Bacellar.

Munido das armas e precauções dispostas anteriormente, de conhecimento prévio sobre o assunto (fruto de muita pesquisa bibliográfica a respeito do período estudado e do que concluíram historiadores que trabalharam antes dele) o pesquisador está pronto para prosseguir na análise e na interpretação de suas fontes. Já pode **cotejar informações, justapor documentos, relacionar texto e contexto, estabelecer**

²⁷ Disponível em: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>> Acesso em 16 AGOSTO 2016
<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/bnm-digital>> Acesso em 16 AGOSTO 2016

constantes, identificar mudanças e permanências e produzir um trabalho de História. [Grifo do autor].²⁸

Ou seja, conforme a citação acima se pode depreender que a construção do conhecimento histórico depende da análise crítica daquilo que alicerça essa área das ciências humanas, as fontes. Porém os questionamentos que surgem sobre essas fontes se constituem também a partir daquilo que já foi produzido direta ou indiretamente sobre um tema, havendo assim a necessidade de um novo trabalho ser construído em diálogo com outras produções bibliográficas.

Nesses parâmetros, a presente monografia foi produzida. No que se refere à organização dessa, houve a divisão em dois capítulos de desenvolvimento e um de conclusão. No capítulo 2, intitulado *O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul*, busco contextualizar os acontecimentos descritos na introdução, que se referem às primeiras ações da construção da oposição. Nessa parte do capítulo, avalio ainda a dimensão da atuação da Brigada Militar e do III Exército, a partir de uma análise que confronta as fontes com as bibliografias existentes sobre a ação dessas instituições, já que pretendo mais à frente compreender o posicionamento dos indivíduos. De qualquer forma, a bibliografia utilizada nesse capítulo oferece a dimensão histórico-social do próprio Rio Grande do Sul, como um estado onde houve massiva oposição aos desdobramentos do golpe de Estado de 1964. Iniro ainda no capítulo 2 a discussão sobre como trabalhar com fontes de setores repressivos e a necessidade de questioná-las a todo o momento. Já no capítulo 3, intitulado *Oficiais da Brigada Militar na construção da oposição ao golpe civil-militar de 1964*, detenho-me na avaliação do questionamento central desta monografia, que é de compreender as razões da oposição constituída por oficiais da Brigada Militar. Além disso, apresento indagações referentes às acusações desses militares de pertencimento aos Grupos dos Onze e mesmo à classificação deles como sendo de esquerda. Concluo esse capítulo analisando os desdobramentos pós-golpe para esses policiais, com as consequências que a repressão e os expurgos trouxeram para eles.

2 O golpe civil-militar de 1964 no Rio Grande do Sul

²⁸ BACELLAR, Carlos. "Uso e mau uso dos arquivos". In: PINSKY, Carla (orgs). *Fontes Históricas*. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2011. P. 71.

Neste capítulo desenvolvo um panorama histórico da relação entre as duas principais instituições estudadas na presente monografia, buscando construir uma linha de análise que auxilie na compreensão da atuação dos indivíduos e suas escolhas políticas no momento da efetivação do golpe de 1964. Esse momento na história do Rio Grande do Sul foi significado pela polarização política, refletida principalmente na Assembleia Legislativa, onde em lado opostos estavam o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O primeiro partido, do governador Ildo Meneghetti, juntamente com outros partidos como a União Democrática Nacional (UDN), Partido Libertador (PL), Partido da Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC) formaram a Ação Democrática Popular (ADP). A ADP aglutinou a perspectiva conservadora da política sul-riograndense, que se dedicou a fazer a oposição nesse estado ao governo de João Goulart.²⁹

A chegada do governador Ildo Meneghetti ocorreu nas eleições de 1962, após a Campanha da Legalidade de 1961, que aconteceu ainda no governo de Leonel Brizola. Ildo Meneghetti, a partir de 1963, governa o Rio Grande do Sul pela segunda vez, porém nesse momento, as disputas ideológicas no Brasil se tornam mais acirradas, no sentido de que o projeto político de João Goulart passa a causar mais insatisfação entre os conservadores, alinhados com o planejamento econômico estadunidense.³⁰ Os EUA se tornaram financiadores das campanhas de 1962 de políticos opostos a João Goulart.³¹ Então, sendo o Rio Grande do Sul, cujo governador entre 1959 e 1963 lança as bases de uma economia voltada para o “desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro”, um estado estratégico para a garantia dos interesses não só estadunidenses, mas também dos políticos conservadores, torna-se compreensível as quantias investidas nessa localidade para a garantia da eleição de Ildo Meneghetti.³²

No dia 1º de abril de 1964, Ildo Meneghetti apela aos “soldados e oficiais do bravo terceiro exército, soldados e oficiais da gloriosa Brigada Militar” a se manterem do lado

²⁹ PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. “Introdução – 1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão”. In: PADRÓS, Enrique Serra, *et alli* (Orgs). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2010, vol. 1, p. 37.

³⁰ Nesta monografia, foi utilizado o termo conservadores para se referir a oposição a João Goulart, que em 31 de março de 1964 inicia a efetividade do golpe de Estado. Esse termo está presente em quase toda a bibliografia estudada e tida como referência. Porém, esses conservadores tinham justificativas por vezes diferentes, mas mantinham o objetivo da deposição do então presidente da República. Alguns desses conservadores foram: a União Democrática Nacional (UDN), o Instituto de Políticas Econômicas e Sociais (IPES), Escola Superior de Guerra (ESG), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), jornais como *O Globo* e o *Estado de São Paulo*, entre tantos outros. Alguns desses se tornaram mecanismos de transmissão da opinião de contrariedade ao governo, como os jornais impressos citados anteriormente.

³¹ WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul, ‘celeiro’ do Brasil”. In: *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2010, vol. 1, p. 52.

³² *Ibid.*, p. 53.

daqueles que queriam a deposição do presidente da República.³³ Porém, sua vontade de refletir uma posição institucional favorável à saída de João Goulart não se tornou efetiva, já que não houve unanimidade na concordância com tal ação antidemocrática, afinal, policiais militares passaram a construir a oposição ao golpe em curso.

2.1 A Brigada Militar e sua relação com o golpe

Como escrito antes, o comandante da Brigada Militar em 1964 era o coronel Octávio Frota.³⁴ Esse assume em 1963 e deixa o comando em 1967. Em 21 de janeiro de 1963, a Brigada Militar deixa de estar vinculada diretamente à Secretaria de Segurança Pública e passa a estar subordinada ao governador do estado. Essa medida para Ribeiro pode ser compreendida dentro da lógica de controle por parte do governador Ildo Meneghetti sobre as ações de policiamento.³⁵ Todavia, essa medida também poder ser compreendida dentro de outra interpretação. Em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia o cargo de presidente da República. Seu vice-presidente, João Goulart estava na República Popular da China. Em um período de polarização entre os discursos socialistas/comunistas e capitalistas, a viagem do vice-presidente trouxe outros significados que não aqueles de relações diplomáticas entre países soberanos. As acusações a João Goulart iam desde este ter apoiado greves, até o alinhamento com a União Soviética e mesmo a China.³⁶

A presença do vice-presidente na China e a renúncia de Jânio Quadros foi para os conservadores, que há muito tempo vinham conspirando contra presidentes eleitos, uma oportunidade de impedir que João Goulart se tornasse chefe do executivo federal.³⁷ Assim, os ministros militares resolvem lançar um Manifesto à Nação, onde declaravam sua posição de contrariedade à posse do vice-presidente na Presidência da República.

³³ Meneghetti apud Wasserman, op. cit., p. 51.

³⁴ Em 2005 foi instituída a Medalha Coronel Octávio Frota da Brigada Militar para condecorar aqueles que se envolveram na promoção de medidas de auxílio ao Serviço de Polícia Ostensiva dessa instituição. Disponível em:

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=49195&hTexto=&Hid_IDNorma=49195> Acesso em 01 OUTUBRO 2016

³⁵ Ribeiro, op. cit., p. 51.

³⁶ Figueiredo, op. cit., p. 37.

³⁷ Alfred Stepan analisa momentos da coalizão entre civis e militares, que em momentos específicos, tentam romper a ordem democrática, como ocorreu em 1945 com o fim do Estado Novo, em 1954 com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1955 onde a tentativa de um golpe resulta em movimentações contra essa ação, em 1961 com a tentativa de impedir a posse de João Goulart e em 1964 com o golpe de Estado civil-militar. Stepan, op. cit., p. 66-93.

Primeiramente lembravam a atuação dele como ministro do Trabalho de Vargas, em 1954, quando na opinião deles, “Goulart tinha demonstrado claramente suas tendências ideológicas estimulando e mesmo promovendo agitações frequentes e sucessivas com propósitos políticos”. Alegavam que, nesse período, “havia ocorrido um processo de infiltração de líderes esquerdistas e comunistas nos sindicatos”.³⁸

Isto é, o manifesto foi só o início da conspiração de um golpe em movimentação, pois esses ministros ainda tentaram transformar sua compreensão de impossibilidade de posse do vice-presidente em *impeachment* no Congresso Nacional. A oposição a tal medida foi grande, com destaque para atuação de Leonel Brizola, à época governador do Rio Grande do Sul, que juntamente com a Brigada Militar iniciou a denominada Campanha da Legalidade. O objetivo era garantir a posse de João Goulart. Brizola consegue mobilizar não só militares, mas também civis. Porém, em especial com a Brigada Militar, foi reunido apoio de diversos quartéis pelo Rio Grande do Sul.³⁹ Em agosto de 2011, meio século após a Campanha, é editada uma revista pela própria Brigada Militar, enaltecendo a “[...] bravura da corporação no Movimento”.⁴⁰ O editorial, escrito por uma major, registra tanto o objetivo da produção da revista, quanto o papel da instituição em agosto de 1961.

Nosso objetivo é trazer uma ideia do panorama da época e mostrar que os brigadianos trabalharam pela Legalidade em vários pontos do Rio Grande do Sul, armados, atentos, cavando trincheiras, montando barricadas, insones e cansados, dispostos a lutar até a morte para defender o preceito constitucional da posse do vice-presidente, frente á renúncia do presidente do Brasil. A liderança de Leonel Brizola e o comando firme do coronel Moojen permitiram que a Corporação entrasse para a história como parte da força militar que garantiu a posse do presidente João Goulart.⁴¹

Tendo em vista esse posicionamento a favor da legalidade e a favor de João Goulart em 1961, parece-me que o objetivo de garantir o controle da Brigada Militar a partir de 1963, por parte de Ildo Meneghetti está relacionado também com a questão de evitar qualquer nova adesão da instituição a algum movimento que pudesse surgir no horizonte de instabilidade

³⁸ Figueiredo, op. cit. p. 37.

³⁹ Ribeiro, op. cit., p. 50-51.

⁴⁰ BRIGADA MILITAR. *Brigada Militar na Legalidade*. Edição Especial. Porto Alegre: Corag, 2011.

Disponível em <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Multimidea/Internet/Banner/RevistaLegalidade.pdf>>
Acesso em 01 OUTUBRO 2016.

⁴¹ *Ibid.*, p. 4.

política no país. Essa outra interpretação ajuda a explicar o fato de que os policiais militares em 1964 não conseguiram mobilizar a corporação em favor da permanência de João Goulart na Presidência da República.

Após o golpe de Estado e com o início dos expurgos na instituição, a Brigada Militar passa a ser usada em consonância com o setor repressivo das Forças Armadas do regime recém-instaurado. Para Karnikowski, as polícias militares deixaram de fazer somente o policiamento para agir contra aqueles que de alguma forma se manifestavam contra a ditadura civil-militar ou eram suspeitos de agirem nesse sentido.⁴² Porém, para garantir a instituição do lado do regime autoritário, as Forças Armadas interviram na polícia estadual do Rio Grande do Sul para efetivar a retirada daqueles que foram acusados de estarem ligados com Leonel Brizola e João Goulart. Além disso, foi criado os Destacamentos Volantes, que além de organizarem a repressão no interior do Rio Grande do Sul, também difundiram as razões que para o regime civil-militar legitimava a deposição de João Goulart.⁴³

O que percebo até então, é que a partir de 1964, com o golpe de Estado, foram tomadas medidas que visaram aumentar o controle sobre a Brigada Militar a partir das Forças Armadas, as quais passaram a controlar o país, juntamente com os civis apoiadores do regime. Pode-se depreender a partir das leituras de Karnikowski e de Araújo que o objetivo ia além de simplesmente contar com o suporte repressivo no Rio Grande do Sul, mas também evitar que policiais militares se opusessem ao governo golpista. Nesse sentido é que as medidas de prisões e expurgos dentro da Brigada Militar estão inseridas. Dessa forma, a relação entre a Brigada Militar e o golpe de Estado de 1964 foi construída. Além disso, é importante lembrar que a partir desse ano, “o governo militar sentaria as bases para o desenvolvimento de sua estratégia de guerra interna, voltada ao combate a um inimigo no interior da nação”.⁴⁴ Assim se modificaram as estruturas do policiamento em favor da sustentação da lógica de repressão ao que era considerado inimigo interno.

Para a presente monografia, foi importante pensar que muitas dessas decisões de mudanças em relação à Brigada Militar não surgem pelo ímpeto institucional, mas sim por medidas tomadas por indivíduos, como Ildo Meneghetti e o coronel Octávio Frota que passaram a mudar os rumos da polícia estadual do Rio Grande do Sul, a fim de que essa não

⁴² KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *De exército estadual à polícia militar: o papel dos policiais na policialização da Brigada Militar (1892 – 1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010, p. 377.

⁴³ ARAUJO, Rafael de Borba. *A Brigada Militar e a Segurança Nacional: inimigo interno e guerra revolucionária na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul – 1980/1985*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2013, p. 51.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 198.

repetisse as ações da Campanha da Legalidade. Eles não foram os únicos a construírem esse novo caminho, pois os militares das Forças Armadas estiveram em consonância com o desenvolvimento de uma nova perspectiva de entender a utilidade dessa polícia estadual. Outros polícias militares podem ser considerados como indivíduos que contribuíram para esse novo rumo, já que alguns deles denunciavam as tentativas de construção da oposição à ditadura civil-militar, como o que aconteceu com o capitão João Nunes de Castilhos, que era filiado ao PTB e que segundo sua família “[...] teve a desgraça de conhecer o lado cruel e vil de colegas de farda, com os quais repartia os mais nobres ideais. Foi por eles mesmo denunciado, traído e perseguido sem piedade”.⁴⁵

2.2 O III Exército e sua relação com o golpe

O III Exército, divisão do Exército brasileiro - responsável pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, passou a ser denominado, a partir de 1985, Comando Militar do Sul, assim chamado nos dias atuais. A sede desse setor administrativo do Exército da região sul é desde 1952 a cidade de Porto Alegre.⁴⁶ Foi na Campanha da Legalidade que o III Exército se destacou pela atuação do seu então comandante, general José Machado Lopes, que resolveu apoiar a posse de João Goulart como presidente, indo contra a ação dos ministros militares que queriam efetivar o impedimento do então vice-presidente. Ao analisar a troca de documentação entre o ministro da Guerra e o general José Machado Lopes, Rolim percebe a forte pressão que o primeiro passou a exercer sobre o segundo.⁴⁷ Uma das exigências do ministro da Guerra, expressa nessa documentação, foi a de que o general José Machado Lopes deveria vigiar as ações de Leonel Brizola que a partir do dia 25 de agosto de 1961 já iniciava as movimentações de resistência. Porém o comandante do III Exército resolveu se manifestar diretamente a Leonel Brizola, no sentido de informar-lhe sua decisão de se manter ao lado da ordem constitucional, que para o general significa garantir a posse de João Goulart. Porém, o general José Machado Lopes solicitou ao governador que este tomasse “[...] as providências necessárias para que moderasse os atos de exaltação revolucionária que vinha praticando [...]”.⁴⁸

O general José Machado Lopes rompe de vez com o Ministério da Guerra quando decide não acatar as ordens de bombardeio ao Palácio do Piratini, informando inclusive para o

⁴⁵ Processo indenizatório. APERS 6984-1200/98-7, p. 8.

⁴⁶ Disponível em: <http://www.cms.eb.mil.br/index.php/home-2/historico> Acesso em 01 OUTUBRO 2016

⁴⁷ Rolim, op. cit., p. 145.

⁴⁸ Ibid., p. 148.

ministro de que agiria independentemente das decisões tomadas pelo Ministério, pois atuaria em consonância com a garantia da ordem constitucional. Essa decisão do general José Machado Lopes colocaria de vez o III Exército no centro das atenções daqueles que iriam ao longo dos anos seguintes, até 31 de março de 1964, manifestar os ímpetos de romper com a democracia e depor de alguma forma João Goulart. Nesse sentido, quando em 1964 iniciam as ações do golpe de Estado, o presidente João Goulart resolve agir rapidamente no sentido de tentar repetir o que havia sido feito na Campanha da Legalidade.

Dessa forma, no dia 1º de abril, o general Ladário Pereira Teles chega a Porto Alegre para comandar o III Exército e tentar colocá-lo ao lado da legalidade novamente. Esse general veio a substituir o general Benjamim Rodrigues Galhardo.⁴⁹ A presença de Leonel Brizola foi novamente importante, pois este entrou em contato por diversas vezes com o novo comandante do III Exército, a fim de articular a oposição ao golpe, conforme se pode compreender a partir da análise do processo indenizatório abaixo.

5 - Entrando em contato com o deputado Leonel Brizola foi [o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme] a sua residência para receber instruções e quando Brizola falava com o Gen. Assis Brasil solicitou a importante e vital medida de que o Gen. Ladário Telles deveria trazer a convocação da Brigada Militar para ficar a disposição do 3º Exército, assinada pelo Presidente;

6 – Leonel Brizola, com o Cel. Neme, se dirige ao aeroporto e comunica ao General que assumirá o comando político contra o Golpe; Apresenta o Cel. Neme para ficar junto do General para resolver ou encaminhar qualquer assunto que o General precisasse de Leonel Brizola;

7 – Com grande surpresa do Cel. Neme o General Ladário manda colocar uma escrivaninha para o Cel. Neme dentro do seu gabinete. O Dr. Ajadil de Lemos, vice-prefeito, fica junto com o Cel. Neme.⁵⁰

Assim, diferentemente da Brigada Militar que possuía um comandante já alinhado com as posições em favor da deposição de João Goulart, o III Exército possuía um comandante que fora nomeado em cima da hora para defender a manutenção do governo do presidente da República. Esse fator causou muito mais instabilidade na crise em abril de 1964, pois o general José Machado Lopes e Leonel Brizola já não dispunham do comando da Brigada Militar para auxiliar nas decisões políticas. Foi essa divergência que motivou as ações dos 39

⁴⁹ Uma questão interessante a ser observada se refere ao fato de que no sítio eletrônico do Comando Militar do Sul, na galeria dos ex-comandantes, não constam os nomes nem do general Ladário Pereira Teles e nem do general Benjamim Rodrigues Galhardo. Porém consta o do general José Machado Lopes. Disponível em: <<http://www.cms.eb.mil.br/index.php/home-2/comando-cms/ex-comandantes>> Acesos em 01 OUTUBRO 2016

⁵⁰ Processos indenizatórios. APERS 6229-1200/98-0, p. 27.

policiais militares em não seguir as decisões do coronel Octávio Frota. Esses policiais foram acusados de constituírem outro comando da Brigada Militar, sobre a chefia do tenente-coronel Daisson Gomes da Silva. Diferentemente da acusação no processo 284 (BNM Digital), Mello entende que a decisão de colocar o tenente-coronel Daisson Gomes da Silva não ocorreu de forma arbitrária, no sentido de forçar a assunção ao comando. Segundo Mello, Daisson Gomes da Silva permaneceu na sede do III Exército até que João Goulart partisse para o exílio no Uruguai. Além disso, Daisson teria declarado para Mello que a nomeação para o comando da Brigada Militar ocorreu entre os colegas da instituição e que não teria tomado nenhuma iniciativa nesse sentido.⁵¹

O comando do general Ladário Pereira Teles dura até o dia 2 de abril de 1964, quando o golpe de Estado já havia sido efetivado e em seu lugar é nomeado o general Mário Poppe de Figueiredo, que mais tarde coordenou juntamente com o coronel Octávio Frota, as investigações sobre as acusações dos policiais militares de terem subvertido a ordem no quartel. Nesse norte, pode-se apontar que a relação entre o III Exército e o golpe acontece tangenciando a troca de comando, isto é, sua posição à ruptura democrática variou conforme a escolha dos militares que chefiaram a instituição. Assim, pode-se também abordar a questão de que a posição do III Exército dependeu dos indivíduos nela presentes, aproximando assim essa análise à perspectiva da presente monografia.

2.3 A requisição da Brigada Militar pelo III Exército

Um dos momentos em que a Brigada Militar e o III Exército poderiam estar em consonância foi no episódio da requisição da primeira pelo segundo. O então comandante do III Exército, general Ladário Pereira Teles, depois de conversar com Leonel Brizola, articula a disposição da polícia estadual do Rio Grande do Sul ao seu comando. Porém, isso acabou não acontecendo, pois nem o governador Ildo Meneghetti e nem o coronel Octávio Frota estavam interessados em passar a Brigada Militar para o III Exército. Essa tentativa também foi feita com base nos acontecimentos da Campanha da Legalidade, já que à época o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola cedeu as tropas da Brigada Militar para o general José Machado Lopes. Para Araújo, tal procedimento ocorreu com base na Constituição Federal de 1946, “[...] onde a corporação figurava como reserva do Exército, sendo prevista sua

⁵¹ Mello, op. cit., p. 21.

convocação em caso de grave comoção interna ou guerra externa”.⁵² O autor não especifica qual artigo exatamente se referia esse princípio, porém numa análise desta Constituição Federal, provavelmente o embasamento seja a partir do artigo 183: “As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército”.⁵³

Provavelmente esse seja o mesmo artigo que tenha sustentado as motivações para a requisição em 1964. Na análise das fontes, existem controvérsias sobre como teria acontecido esse procedimento no momento do golpe de Estado. O processo 284 do BNM Digital demonstra, por exemplo, que o governador Ildo Meneghetti teria recusado a requisição por entender ser inconstitucional. Ao mesmo tempo, ao longo do IPM presente no processo, aparecem também referências ao fato de que tal solicitação de requisição teria ocorrido diretamente para o comandante da Brigada Militar, coronel Octávio Frota, e que esse teria se posicionado no sentido de argumentar que somente o governador poderia concordar ou não. O IPM prossegue afirmando que a partir desse momento, tanto o general Ladário Pereira Teles como Leonel Brizola teriam dado continuidade nos procedimentos para disporem das tropas da Brigada Militar, escolhendo inclusive um novo comandante, o tenente-coronel Daisson Gomes da Silva.

Por outro lado, o processo indenizatório do tenente-coronel Emilio João Pedro Neme esclarece que a requisição teria sido articulada entre o general Ladário Pereira Teles e o então presidente João Goulart, com intermédio do general Assis Brasil, que seria o responsável por providenciar a requisição formal, assinada pelo presidente, o que não ocorreu. Só a partir disso, o general Ladário Pereira Teles teria chamado o coronel Octávio Frota para uma reunião no III Exército, com o objetivo de solicitar verbalmente as tropas da polícia estadual. O coronel Octávio Frota teria então afirmado aquilo que o processo 284 do BNM Digital apresenta: somente o governador poderia decidir. Até então, essas duas fontes, o processo indenizatório e o processo 284, apresentam o fato de que não houve a requisição formal, como consequência se tem a movimentação dos 39 oficiais não com o objetivo de garantir a Brigada Militar para o III Exército, mas a fim de constituir de alguma forma a oposição ao golpe de Estado. Todavia, o livro de memórias de Maildes Alves de Mello, a requisição teria ocorrido e a ação posterior a isso seria trocar o comando da Brigada Militar. No mesmo livro, Mello afirma que o tenente-coronel Daisson Gomes da Silva teria ouvido a ligação telefônica entre o

⁵² Araujo, op. cit., p. 48.

⁵³ Constituição Federal de 1946. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em 01 OUTUBRO 2016

general Ladário Pereira Teles e o presidente João Goulart para acertar os detalhes da requisição.

Essas são explicações das fontes. Para seguir na perspectiva de Bacellar de realização das críticas das fontes, análise de bibliografia e então a construção de uma narrativa, abaixo estão descritos os momentos em comum que aparecem nas fontes, ou seja, questões que surgem de forma semelhante entre o processo de acusação, o processo indenizatório e o livro de memórias. Além disso, há momentos descritos que não aparecem em uma fonte ou outra, porém foram acrescentados, pois penso que auxiliam no sentido de tornar inteligível o episódio da requisição. Ao mesmo tempo, abaixo há uma análise sobre o papel dos indivíduos nesse momento e algumas conclusões com base nessa perspectiva. Ao longo da monografia, podem aparecer outros detalhes sobre a requisição, em especial no capítulo 3, onde são detalhados os discursos dos militares acusados.

Em relação à bibliografia sobre o episódio, Ragnini escreve que, “o governo federal, em face do confronto com o governo estadual, através do III Exército, requisitou a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, porém parte desta não atendeu a tal solicitação, permanecendo fiel ao governo instalado no país em 31 de março”.⁵⁴ Percebo que para compreender a posição da Brigada Militar se faz necessário analisar a atuação de seus integrantes. Nesse sentido, o jornal *Diário de Notícias* de 02 de abril de 1964 traz a notícia que o então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti não concordou com a requisição da Brigada Militar, todavia, a discussão dessa requisição não passou apenas entre o governador Ildo Meneghetti e o comandante do III Exército, general Ladário Pereira Teles.⁵⁵ Ao que tudo indica pela análise das fontes, a ideia da requisição surgiu de uma conversa entre Leonel Brizola, o general Assis Brasil e o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme. Nessa conversa, ficou decidido que o general Assis Brasil teria que providenciar a requisição assinada pelo presidente, o que não ocorreu. Assim, o general Ladário Pereira Teles pede que o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme convide o comandante da Brigada Militar, coronel Octávio Frota para uma reunião na sede do III Exército. Nessa conversa entre os comandantes da Brigada Militar e o do III Exército, este último solicita a requisição pessoalmente ao primeiro. O coronel Octávio Frota explicou para o general Ladário Pereira Teles que tal procedimento só ocorreria com a aprovação do governador e que somente ele teria competência para decidir.⁵⁶ Todavia, Mello relembra que outro militar da Brigada foi importante nesse procedimento de articular a

⁵⁴ Ragnini, op. cit., p. 52-53.

⁵⁵ O jornal *Diário de Notícias* foi anexado do processo BNM Digital 284, p. 29.

⁵⁶ Processos indenizatórios. APERS 6229-1200/98-2, p. 27.

requisição da instituição: o capitão Dejalmo Vieira Dornelles. Esse militar não foi acusado pelo mesmo IPM dos 39 oficiais, os quais são objeto de estudo, porém ele também foi expurgado.

Como era de seu dever, às 4h30min Dejalmo desceu do piso superior do prédio do QG indo ao Estado Maior. Ali, encontrando o chefe coronel Raul Oliveira, o coronel Orpheu da Silva e um outro oficial, comunicou o que acabara de ouvir [a notícia da requisição], deixando o chefe perturbado, enquanto o coronel Orpheu empalidecia. “O que é que estas dizendo?”, questionou o coronel Raul, afirmando ter recém-chegado do Palácio Piratini, onde ninguém tinha conhecimento do fato. Repetindo a informação, Dejalmo acresceu: “A propósito, coronel, estamos atravessando uma situação anormal, e gostaria de saber: com quem a Brigada Militar está? A favor ou contra o Governo Federal?” Respondeu o coronel Raul: “A BM está com a legalidade”. Como a conceituação de legalidade naquela hora diferia para sediciosos e governistas, Dejalmo resolveu não alimentar, inoportuna e perigosamente, uma discussão sobre o sexo dos anjos. Retirou-se.⁵⁷

Assim, trata-se desde o primeiro momento da requisição da atuação de policiais militares em diferentes situações dentro da Brigada Militar que decidem por questionar e atuar em favor da manutenção da ordem legal. Mesmo que a Brigada Militar, representada nas pessoas do coronel Octávio Frota e do governador Ildo Meneghetti recusasse a requisição, policiais militares passaram a constituir outro comando da instituição. Isso ocorre, conforme Mello, já que “com a requisição da Brigada pelo presidente da República, pondo-a a disposição do III Exército, é certo que deveria haver troca de comando, pois o atual, é lógico, não poderia gozar da confiança de Jango”.⁵⁸ O primeiro indicado a assumir o comando foi o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, porém Leonel Brizola não quis que esse tenente-coronel tomasse essa posição, pois deveria estar ao lado do general Ladário Pereira Teles. Surge então o nome do tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, o qual presenciou a ligação do general Ladário Pereira Teles ao presidente João Goulart “[...] onde ficou acertada a requisição da Brigada Militar”.⁵⁹

Todavia, a nomeação do tenente-coronel Daisson Gomes da Silva foi informal, já que ainda estava constituído o comando do coronel Octávio Frota. Aliás, uma das acusações dos 39 oficiais foi justamente a de constituírem esse comando informal, conforme descrito no processo de acusação do BNM.

⁵⁷ Mello, op. cit., p. 20.

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ Ibid., p. 21.

Por entender o Governo Estadual ser inconstitucional tal requisição, o Cel. Octávio Frota deu conhecimento naquele dia, aos seus comandados, de que havia negado a entrega da Brigada Militar ao Comandante do III Exército. Ao mesmo tempo, determinava o regime de rigorosa prontidão para toda a Fôrça. Os pré-citados denunciados, porém desobedecendo instruções do Comando da Brigada Militar, que os convocara face à grave situação nacional do momento não só desatenderam essa convocação, como se apresentaram ao QG do III Exército, com o propósito deliberado de ficarem subordinados a esse Comando e tanto foi assim que o Comandante do III Exército designou o Ten.Cel. Daisson Gomes da Silva para assumir o Comando da Brigada Militar, como já estava decidido em reunião promíscua de Oficiais e Sargentos da Brigada e do Exército, realizada em meados de março do corrente ano, no escritório do Tenente Wilson do Exército, situado à rua Duque de Caxias, nesta Capital.⁶⁰

Como a crítica às fontes é necessária para compreender esse episódio, pode-se afirmar até agora que houve articulações em torno da requisição, mas que a Brigada Militar não passou à disposição efetiva do III Exército, fazendo com que os policiais militares acusados de subversão tentassem constituir um novo comando. Porém esse novo comando, chefiado pelo tenente-coronel Daisson Gomes da Silva deixou ele mesmo desconfiado sobre tal nomeação, pois não teria visto ao menos um documento sobre a assunção ao cargo.

2.4 As particularidades no uso das fontes

Até o momento, tenho desenvolvido a monografia com base em fontes diferentes: o livro de memórias, os processos indenizatórios e o processo de apelação, que contém o processo de acusação dos policiais militares. Elas foram produzidas em momentos diferentes e com objetivos diferentes, como descrito na introdução deste trabalho. Todavia, percebo que seja necessária a discussão sobre como utilizar essas fontes, sempre atentando para quem as produziu, onde e em que momento. Como o objetivo não é chegar a uma verdade final sobre a oposição dos policiais militares ao golpe de 1964, mas sim tornar compreensíveis suas atuações, com base nos questionamentos a essas fontes e relacionando com a bibliografia já existente, permitindo inclusive discordar de algumas questões dessa bibliografia utilizada, faz-se necessário um momento para refletir sobre o uso das fontes dos setores repressivos. Isto é, o processo de acusação presente no processo de apelação foi constituído a partir de 1964, dentro de um período onde novas decisões sobre o procedimento judiciário foram instituídas. Soma-se a isso, o fato de que estão presentes nesse processo descrições de momentos vividos

⁶⁰ Processo BNM Digital, p. 13.

pelos policiais militares acusados de um crime. Penso que isso pesa em muito no momento de se pautar pelas escolhas das palavras, pois não é apenas a vida na Brigada Militar que está sendo decidida ao longo do julgamento, mas também a vida desses policiais para além da instituição.

No que se refere ao uso de fontes dos setores repressivos, trago a discussão iniciada por Maciel, que em sua tese também utiliza como fontes processos de acusação produzidos no período da ditadura civil-militar.⁶¹ Sobre essa utilização, Maciel afirma que “o aspecto inquisitorial se aproxima da especificidade dos processos de crime de natureza política, como os da Justiça Militar, pela obsessão em rastrear e registrar a vida dos indivíduos, buscando a culpabilidade e os ‘desvios ideológicos’”.⁶²

O processo 284 utilizado nesta pesquisa trata exclusivamente sobre a ação dos 39 policiais militares. Ele é a apelação de alguns desses militares ao Superior Tribunal Militar. Isso ocorreu, pois os 39 policiais foram apontados pelo IPM produzido ainda no ano de 1964 como sendo os responsáveis direta ou indiretamente pelas ações consideradas subversivas. Em 21 de novembro do mesmo ano, o Ministério Público, através do representante legal, um promotor da 1ª Auditoria da Justiça Militar, circunscrito à Justiça Militar do Rio Grande do Sul, apresenta a denúncia contra os policiais. Coube então a um juiz decidir pela aceitação da denúncia, o que se efetivou, porém contra apenas 16 policiais: coronel da reserva Mauro Pereira Caloy, tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, coronel da reserva Dirceu de Assis Canabarro Trois, coronel da reserva Militão da Silva Netto, tenente-coronel Solon Pelanda Franco, tenente-coronel Emilio João Pedro Neme, major Jacques da Rocha Motta, major Walter Emilio Nique, capitão Maildes Alves de Mello, major Viriato Natividade Duarte, capitão Edy da Silva Cardoso, coronel Venancio Baptista, coronel da reserva Arduino de Vargas Zamo, capitão Dorival Divino de Campos, coronel da reserva Octacilio Barbosa da Silva e o 1º tenente Miguel Archanjo de Farias.

Em 19 de agosto de 1969, porém, o Conselho Especial de Juízes resolve absolver a maioria destes, fazendo com que a condenação prosseguisse apenas para Daisson Gomes da Silva, Mauro Pereira Caloy, Walter Emilio Nique, Militão da Silva Neto e Arduino de Vargas Zamo. Esses, por sua vez, resolvem recorrer ao Superior Tribunal Militar, cuja decisão foi de reconhecimento da extinção da pena. Nesse sentido, o procedimento seguiu o caminho escrito por Maciel quanto à tramitação na Justiça Militar:

⁶¹ MACIEL, Wilma Antunes. *Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2009, p. 16-26.

⁶² *Ibid.*, p. 21.

A respeito dos processos judiciais, a tramitação inicia-se quando o juiz recebe a denúncia do crime e finaliza-se com a sentença, podendo haver recurso do Ministério Público ou da defesa ao Superior Tribunal Militar (STM) ou finalmente, para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde a sentença é definitiva e irrecurável. Anteriormente à instauração do processo, há a etapa de formação do Inquérito Policial Militar (IPM), que será a base para o procurador oferecer a denúncia de crime.⁶³

Com essas questões colocadas sobre o procedimento da Justiça Militar, faz-se necessária a discussão sobre como utilizar esse processo, cujo encaminhamento estava suscetível aos mais variados entendimentos do que constituía crime ou não. Para Maciel, as fontes judiciais devem ser questionadas como qualquer outra fonte, pois elas trazem problemas como outras também.⁶⁴ Além disso, a autora ainda escreve que tais tipos de fontes permitem conhecer “[...] por meio dos depoimentos e outras falas constitutivas dos processos, tomados os devidos cuidados interpretativos, como eram construídas e reconstruídas as histórias, tanto da repressão judicial como dos atingidos por ela”.⁶⁵ É nesse sentido que o processo 284 é utilizado nessa monografia, tornando-se compreensível que os depoimentos dos policiais militares expressos nos interrogatórios estão condicionados a momentos de pressão, pois são perguntas que podem levá-los ou não a serem condenados. Sobre isso, o capitão Maildes Alves de Mello descreve a atuação do militar encarregado de realizar os IPMs bem como os interrogatórios.

Ali permaneci até mais ou menos 3-6-64, cerca de dois meses, sendo “visitado” com muita frequência pelo conhecidamente sádico Cel. Ary Lampert, encarregado dos IPMs, que não media esforços em amedrontar os submetidos, dizendo que todos estavam em suas mãos; que o inquérito seria aquilo que ele dissesse e recomendasse; que seríamos fuzilados ou transferidos para uma ilha no meio do Atlântico ou do Pacífico; que deveríamos entregar os companheiros, armamento, etc, para possivelmente, sermos salvos.⁶⁶

Podia, à época, haver omissão de informações, porém para o presente trabalho não interessa muito descobrir o que era omitido, mas compreender o que era afirmado, entender

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid., p. 23.

⁶⁵ Ibid., p. 25.

⁶⁶ Processos indenizatórios. APERS 6023-1200/98-0, p. 10.

porque tal relato era oportuno, como ele dialogava com o que esperavam os interrogadores, como que era a orientação do advogado de defesa, o que era a legislação em vigor. O confronto com outras fontes, por sua vez, permitirá ver o que era possível afirmar em outro contexto, frente a outros interlocutores.

Outra especificidade em relação ao uso das fontes se refere aos processos indenizatórios. Esses foram constituídos em um ambiente diferente daquele que resultou nos interrogatórios presentes no IPM. Foi instaurada uma Comissão Especial, para avaliar em que medida os indivíduos, os quais solicitavam o reparo, poderiam ou não receber a indenização. Tal Comissão não foi instituída para apurar os culpados diretos pelos crimes políticos de perseguição e/ou tortura, pois tal condição foi submetida ao Estado, que então passou a se reconhecer como responsável pelos danos causados às pessoas, tanto no nível psicológico quanto físico. Nesse sentido, Neves reconheceu algumas características dessa Comissão, que a tornaram na época, suscetível a ser uma avaliadora de sentimentos subjetivos dos requerentes:

O funcionamento da Comissão, suas decisões e julgados, sua forma de atuação, os resultados de suas ações e decisões também foram condicionados, tencionados e definidos por movimentos de rememoração e esquecimento, hierarquização e atribuição de valores diferenciados e hierarquizados a sofrimentos humanos, disputas entre memórias e posições políticas divergentes.⁶⁷

Ou seja, o momento das solicitações de indenização, mesmo ocorrendo após o término da ditadura, não foi o mais adequado para se perceber relatos exatos sobre o que havia ocorrido, pois mesmo que os considerados perseguidos políticos tivessem sofrido os danos físicos e psicológicos, a memória desses estava condicionada a lembrar de algumas situações e se esquecer de outras. O sofrimento de uma tortura, por exemplo, pode levar algumas dessas pessoas a não querer revelar o que havia passado. Assim, pode-se inclusive questionar a dimensão prática da Comissão, que em muitos casos negou as indenizações, pois os solicitantes não tinham “provado” seu sofrimento, suas prisões e perseguições. Isso pode levar a outros questionamentos que não abordo nesse trabalho, mas refletir sobre como alguns processos foram construídos com o auxílio de certos advogados e assim se foi concedida a indenização e outros processos, sem essa ajuda não obtiveram resultados frutíferos, também

⁶⁷ NEVES, Evelise Zimmer. *Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul: significados e perfil dos atingidos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009, p. 75-76.

pode ser um caminho para considerar aquilo que se constitui como as constantes continuidades da ditadura civil-militar.

Nesse norte, ao utilizar os processos indenizatórios como fontes para pesquisa, optei por questionar a todo o momento sobre quem se tratava e quais foram os mecanismos adotados e anexados ao processo, pensando inclusive que alguns desses possuíam uma lógica de “provar” a perseguição política muito semelhante, como é o caso em específico de alguns policiais militares como o capitão Rosalino Santos Dutra, tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, capitão João Nunes Castilhos, 1º tenente Hέλvio Rodrigues Ribas e capitão Maildes Alves de Mello.

Da mesma forma que ressalvas foram feitas em relação ao processo de acusação (inserido no processo de apelação) e aos processos indenizatórios, também é necessário fazer em relação ao livro de memórias do capitão Maildes Alves de Mello. Sobre a memória da ditadura civil-militar, Martins Filho escreve que após esse período, tanto os que se opuseram ao regime quanto os que o legitimaram tentaram de diversas formas enaltecer seus discursos, o que resultou numa “guerra de memória”.⁶⁸

Em relação à memória dos opositores, o cientista político defende duas fases, sendo uma delas vinculada ainda ao momento do término da ditadura, onde foram feitas autocríticas em relação à luta armada, retomando pontos que alguns opositores consideram como possíveis erros. Outra fase, que considero mais propícia para analisar a utilização do livro enquanto fonte se refere às “memórias do esquecimento”, já no “[...] quadro de consolidação do regime civil [...]”.⁶⁹ Embora denominadas de esquecimento, o que se fez, a partir daqueles que de alguma forma sofreram com o regime, foi relembrar o que havia ocorrido. Considerando isso, penso que o capitão Maildes Alves de Mello buscou produzir sua narrativa sobre o acontecimento do golpe, bem como suas consequências durante a ditadura a partir de uma reflexão avaliativa sobre as ações. Isto é, no livro, os temas tratados remetem principalmente às questões de relacionamentos dentro da Brigada Militar, durante e após a ditadura e às questões de busca por uma justiça com aqueles que foram expurgados. As questões sobre o relacionamento na instituição estiveram ligadas ao fato de que, entre os

⁶⁸ MARTINS FILHO, João Roberto. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. LASA 2003 International Congress. 2003, p. 3. Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwiJmdPF4KjQAhWJDpAKHa77BBsQFggiMAE&url=http%3A%2F%2Fxa.yimg.com%2Fkq%2Fgroups%2F28134167%2F113758246%2Fname%2FA%2Bguerra%2Bda%2Bmem%25C3%25B3ria%2Ba%2Bditadura%2Bmilitar%2Bnos%2Bdepoimentos%2Bde%2Bmilitantes%2Be%2Bmilitares.pdf&usg=AFQjCNHDBbFZpHxoSJZ2-qkqWCsz9XuE-g&sig2=iqxXp0Sx3PT4ppFd3zbdA&bvm=bv.138493631,d.Y2I>> Acesso em 07 NOVEMBRO 2016

⁶⁹ *Ibid.*, p. 14.

policiais militares, havia divergências de posições em relação ao golpe e isso fez com que aqueles que apoiavam o golpe agissem no sentido de denunciar as ações que foram consideradas subversivas daqueles outros policiais que se opuserem.⁷⁰

É necessário, assim, afirmar que ao analisar o livro como fonte, não se pode se desprender da observação crítica, já que mecanismos de sensibilidades foram instituídos. O envolvimento subjetivo com a história narrada pode ocorrer, mas a base metodológica de questionamentos e ponderações deve ser mantida.

3 Oficiais da Brigada Militar na construção da oposição ao golpe civil-militar de 1964

Após apresentar algumas reflexões sobre os acontecimentos em torno do golpe de 1964, mais especificamente no que se refere à atuação de indivíduos tanto na legitimação desse momento como na oposição, nesse capítulo apresento as questões referentes aos oficiais da Brigada Militar que não concordaram com a ruptura democrática. Tal qual como proposto anteriormente, afirmar que a Brigada Militar apoiou o golpe tendo em vista o posicionamento do comandante coronel Octávio Frota é uma tarefa complexa, já que em cada instituição, à época, houve posicionamentos diferentes.

No caso da polícia estadual do Rio Grande do Sul, policiais militares se opuseram ao golpe. De uma maneira geral, essa questão já vinha sendo tratada por autores como Nogueira e Rolim. A novidade reside no fato de que as fontes disponíveis mostraram que não foram somente militares subalternos que se alinharam com Brizola na oposição. Oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul também fizeram isso. Ao analisar o processo de acusação do BNM, pode-se depreender que os 39 oficiais estiveram relacionados com as ações de Brizola. Ao mesmo tempo, o processo demonstra que os oficiais assim agiram por simpatia política com o projeto trabalhista do PTB. Todavia, com a disponibilidade de outras fontes e mesmo o questionamento sobre o que o processo de acusação aponta, indago se todos os oficiais estariam se opondo ao golpe por concordarem com a política trabalhista e assim percebendo que a deposição de João Goulart significaria uma ruptura com esse caminho.

Dessa forma, pretendo mostrar que na análise das fontes foi possível compreender diferentes razões nessa oposição, o que aponta para uma não homogeneidade de motivos. Ao longo desse capítulo desenvolvo esse raciocínio, partindo do que as fontes apontam e

⁷⁰ Para mais informações sobre os expurgos, ver: RODEGHERO, C. S.; GUAZZELLI, D. ; DIENSTMANN, G. "Prisões, cassações, expurgos e IPMs". In: _____. *Não calo, grito. Memória Visual da Ditadura Civil-militar no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013. v. 1, p. 39-48.

dialogando com a bibliografia disponível. Além disso, são feitos apontamentos específicos no que se refere à constante de acusar tais oficiais como sendo integrantes dos Grupos dos Onze na Brigada Militar e como sendo militares de esquerda. No fim, desenvolvo uma análise sobre as consequências do golpe de Estado sobre a vida dos oficiais. Para melhor elucidar quem eram os policiais acusados no inquérito policial militar constituído a partir de 6 de abril e anexado ao processo de apelação número 38.521 (no sítio eletrônico do Brasil Nunca Mais, esse processo possui numeração 284), abaixo foi colocada uma tabela com o nome de cada um, bem como a data da primeira prisão e a consequência dentro da Brigada Militar, a partir do 1º ato institucional (AI) de 9 de abril de 1964.⁷¹

Tabela nº 1:

As consequências do golpe de Estado para os oficiais da Brigada Militar

nome do militar	data da primeira prisão	consequência na Brigada Militar
coronel Mauro Pereira Caloy	04 de abril de 1964	demissão
tenente coronel Daisson Gomes da Silva	01 de junho de 1964	demissão
coronel Dirceu de Assis Canabarro Trois	06 de abril de 1964	reforma
coronel Militão da Silva Netto	06 de abril de 1964	reforma
tenente coronel Solon Pelanda Franco	não foi encontrada a data de prisão	reforma
tenente coronel Emilio João Pedro Neme	06 de abril de 1964	reforma
major Jacques da Rocha Motta	03 de abril de 1964	reforma
major Walter Emilio Nique	05 de abril de 1964	reforma

⁷¹ As consequências para os oficiais da Brigada Militar foram retiradas do Diário Oficial de 08 de outubro de 1964, anexada ao processo indenizatório 6023-1200/98-0. Essas consequências foram baseadas no artigo 7º, § 2º do AI 1: “Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. § 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos”, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm> Acesso em 10 outubro 2016

capitão Maildes Alves de Mello	05 de abril de 1964	reforma
2º tenente Igor Antônio Gomes Pereira	06 de abril de 1964	demissão
capitão Lauro Lelis da Rosa	07 de abril de 1964	reforma
major Viriato Natividade Duarte	não foi encontrada a data de prisão	reforma
1º tenente Ruy Martins Coimbra	não foi encontrada a data de prisão	reforma
capitão Edy da Silva Cardoso	11 de maio de 1964	reforma
1º tenente Plínio Ivar da Rosa	11 de maio de 1964	reforma
coronel Venâncio Batista	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
coronel Arduino de Vargas Zamo	não foi encontrada a data de prisão	reforma
tenente coronel Rivadavia da Cunha	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
capitão Dorival Divino de Campos	20 de maio de 1964	não foi encontrada a consequência
coronel Max Herbert Hancke	não foi encontrada data de prisão	não foi encontrada a consequência
coronel Wolmy das Missões Bocorny	15 de maio de 1964	reforma
coronel Octacílio Barbosa da Silva	15 de maio de 1954	reforma
major Oceano Alves de Mello	não foi encontrada data de prisão	não foi encontrada a consequência
coronel Júlio Barzoni	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
capitão Rosalino dos Santos Dutra	29 de outubro de 1964	reforma
tenente coronel Pedro Marcelino Alves de Oliveira	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
capitão João Nunes de Castilhos	30 de maio de 1966	reforma
1º tenente Antonio Carvalho França	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
major Idiomar de Oliveira Martins	não foi encontrada a data de prisão	reforma
capitão Fernando Farias da Rosa	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência

capitão Helio Teixeira de Azevedo	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
capitão Walter Ferreira da Silva	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
capitão Ary Guedes de Mello	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
capitão Walter Ferraz Denz	não foi encontrada a data de prisão	reforma
capitão Ary Vieira Lemos	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
1º tenente Antonio Maria Borraz de Abreu	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
1º tenente Miguel Archanjo de Farias	não foi encontrada a data de prisão	reforma
1º tenente Helio Luiz Bernau	não foi encontrada a data de prisão	não foi encontrada a consequência
1º tenente Hélio Rodrigues Ribas	02 de abril de 1964	reforma

Fonte: Diário Oficial do Rio Grande do Sul de 08 de outubro de 1964, anexada ao processo indenizatório 6023-1200/98-0, disponível no APERS.

A organização dessa tabela seguiu a ordem de apresentação dos denunciados pelo promotor encarregado de acompanhar o IPM (representante do Ministério Público).⁷² A denúncia foi apresentada para o 1º auditor da Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Penso que essa mesma tabela seja útil para esclarecer quem são os oficiais denunciados e o que ocorreu com alguns deles após os dias em que se tentou organizar a oposição ao golpe de Estado, como as prisões e as consequências a partir do AI-1.

3.1 As razões para a construção da oposição ao golpe de 1964

Para começar a análise sobre o que até agora entendo como sendo as diferentes razões para constituir a oposição ao golpe de 1964, inicio avaliando o processo de acusação do BNM, no qual consta o IPM, cujo encarregado foi o coronel Ary Lampert, nomeado em 6 de abril, para apurar os fatos referentes aos acontecimentos com os policiais militares acusados posteriormente de práticas subversivas. Os procedimentos desse IPM seguiam o que foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, que instituiu o Código de

⁷² Processo BNM 284, p. 10-11.

Justiça Militar (CJM). Somente em 21 de outubro de 1969, com o estabelecimento do Código de Processo Penal Militar (CPPM), através do Decreto-Lei nº 1.002, alguns procedimentos foram modificados. Todavia, em 24 de janeiro de 1944, com o Decreto-Lei nº 6.227, veio a ser instituído o Código Penal Militar (CPM).⁷³ Sumariamente, o CPPM regula os procedimentos de aplicabilidade do CPM, enquanto o CJM regula institucionalmente as instâncias do andamento de um processo instaurado no âmbito militar.

É importante lembrar que no ínterim desses decretos-leis, duas constituições foram estabelecidas, a de 1946 e a de 1967, além dos Atos-Institucionais, os quais juntamente com as constituições poderiam modificar artigos dos decretos-leis. Como exemplo disso, temos o CJM de 1938 que definiu o Supremo Tribunal Militar como a mais alta instância, dentro da Justiça Militar, porém com a Constituição de 1946, tal instância teve sua designação modificada para Superior Tribunal Militar.⁷⁴

Embora a abertura do IPM date de 6 de abril de 1964, a portaria que determinou tal procedimento era de 4 de abril. Nessa portaria são indicados como autores dos fatos apurados, os quais já estavam presos naquela data: coronel Mauro Pereira Caloy, coronel Militão da Silva Netto, coronel Dirceu Assis Canabarro Trois, tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, tenente-coronel Solon Pelanda Franco, tenente-coronel Nelson Amoreli Viana, tenente-coronel Emilio João Pedro Neme, major Jacques Rocha da Motta, major Walter Emilio Nique, capitão Antonio Valdelirio Alves, capitão Maildes Alves Mello, 1º tenente Osório Borges Torres, 1º tenente Helvio Rodrigues Ribas, 1º tenente Miguel Archanjo de Farias, 1º tenente Juremir Vieira dos Santos, 2º tenente Igor Antônio Gomes Moreira, subtenente Jandir Pinto da Silva, subtenente Severio Segala, cadete Aquiles Gomes da Silva, cadete Davi Terra do Amaral, 1º sargento Solci Garcia Camargo, 1º sargento José Machado Sales, 1º sargento Rui Falcão Ribeiro, 2º sargento Alberto Diogo dos Santos, 2º sargento Pedro Bernardes Lopes, 2º sargento Hélivio Vieira Lemos, 2º sargento Luiz Fernando Cassel, 2º sargento Artur Stein da Silva, 2º sargento João Salles, 2º sargento Aristeu Rodrigues de Oliveira, 2º sargento Danilo Elizeu Gonçalves, 3º sargento Manoel Marques Ochôa, cabo Alexandre Oliveira Neto e soldado Victor de Souza Couto.⁷⁵ A portaria, de autoria do comandante Geral da Brigada, coronel Octávio Frota, foi destinada ao coronel Ary Lampert para que esse se encarregasse do

⁷³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0925.htm>; <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html>>; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm Acesso em 20 AGOSTO 2016

⁷⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em 20 AGOSTO 2016

⁷⁵ Processo BNM 284, p. 24-25.

inquérito. Abaixo, a descrição do que teria motivado o coronel Octávio Frota a dar início ao IPM.

Dos militares indicados, todos já se acham prêsos em várias unidades da Fôrça, os quais são participantes de atos atentatórios a segurança do Estado, e, no decorrer dos acontecimentos políticos-militares que envolveram o País, procuraram de uma ou de outra forma, incitar a desobediência, indisciplina e a prática de atos que os Códigos e Leis Penais Militares, bem como a lei de segurança do Estado configuram como crime, em razão do que, determino, que seja, com a possível urgência, instaurado, a respeito, o devido inquérito policial-militar, a fim de apurar a responsabilidade de cada um dos indiciados, bem como de outros que venham a ser conhecidos por fatos outros que cheguem ao vosso conhecimento no curso do referido IPM, delegando-vos para todos esses fins, as atribuições policiais que por lei me competem.⁷⁶

Antes mesmo do coronel Octávio Frota determinar a abertura do inquérito, o então chefe do Estado Maior Geral da Brigada Militar, coronel Raul Oliveira, já havia encaminhado ao primeiro um relatório no qual indicava alguns oficiais e seus respectivos delitos: o coronel Mauro Pereira Caloy tinha sido visto na sede do Quartel General do III Exército; o tenente-coronel Solon Pelanda Franco afirmou que só obedeceria ao já deposto presidente João Goulart o que contraria a ordem do Comando da Brigada Militar de obedecer ao recém empossado deputado Ranieri; o major Jacques da Rocha Motta se apresentou no QG do III Exército enquanto ainda era chefe da 1ª Seção, caracterizando abandono de posto num momento em que as tropas estavam em prontidão. O chefe do Estado-Maior, coronel Raul Oliveira, relatou ainda que tal atitude do major Jacques da Rocha Motta foi vista pelo comandante Geral da Brigada Militar, que havia se deslocado ao Quartel General do III Exército a serviço. O major Jacques da Rocha Motta ainda estaria num telefonema, onde articularia uma movimentação de sargentos, sem autorização do comando da Brigada. Outros oficiais tiveram suas ações descritas, como o 1º tenente Osório Borges Torres que teria aliciado um civil para tomar atitudes consideradas desordeiras, na cidade de Santa Cruz do Sul; o 1º tenente Helvio Rodrigues Ribas que teria concitado militares a tomarem atitudes consideradas contra a disciplina e o 1º tenente Miguel Archanjo de Farias, que teria ocupado uma emissora de rádio na cidade de Taquara, para que a mesma integrasse a rede da legalidade. O coronel Raul Oliveira ainda termina seu relatório, afirmando o que segue.

⁷⁶ Ibid., p. 25.

Os fatos apontados, em seu conjunto, constituem uma verdadeira trama, com ramificações nos vários pontos do Estado, levando-nos a supor haja ligações com a finalidade de manter perturbada a ordem neste Estado, o que constitui um fato de muitíssima gravidade, razão porque determinamos o recolhimento dos mesmos à prisão, bem como encaminhamos o presente relatório à alta consideração de V.S^a, solicitando que seja aberto, de imediato, o competente Inquérito Policial-Militar, para a apuração dos fatos.⁷⁷

O processo judicial, objeto do presente estudo, possui menções a outros militares, que, especialmente durante o transcurso do IPM foram, de alguma forma, acusados de delitos contra a disciplina. Todavia, por entender que o foco deste trabalho se concentra nos 39 oficiais acusados pelo Ministério Público, os recortes feitos sobre a fonte serão aqueles que envolvem de alguma forma esses policiais em específico. Assim, é necessário esclarecer que esse mesmo processo judicial contém partes em que outros policiais são apontados como envolvidos em delitos, mas esses outros não serão adiante citados.

Uma parte de 2 de abril de 1964 foi anexada ao IPM, na qual o capitão Lauro Lélis da Rosa foi acusado de ter se dirigido a um sargento com o intuito de indagar-lhe sobre o posicionamento diante da situação política daquele momento. O sargento se posicionou de forma a não compreender a pergunta do capitão. Esse, por sua vez, teria indagado-lhe também se aquele teria coragem de atirar em policiais militares, caso alguma ordem fosse dada, ao que o sargento respondeu que não entenderia novamente a pergunta e que as ordens dadas pelo comandante Geral da Brigada seriam condizentes.⁷⁸ Com essa parte anexada ao IPM, o capitão Lauro Lélis da Rosa passa a ser indiciado, juntamente com os outros militares. A continuidade do IPM ocorre em torno de diligências e inquirições de testemunhas. Esses procedimentos, a partir de 8 de abril, ocorrem acompanhados de um promotor da 1^a Auditoria da Justiça Militar do Rio Grande do Sul.

As primeiras referências a alguns dos 39 oficiais, no transcurso da inquirição de testemunhas começam a aparecer no depoimento do tenente-coronel Ernani Affonso Train, então comandante do Centro de Instrução Militar. Nesse depoimento, o tenente-coronel Daisson Gomes da Silva é apontado como uns dos pretendentes a assumir o comando da Brigada Militar. Os coronéis Mauro Pereira Caloy e Militão da Silva Netto, bem como o tenente-coronel Solon Pelanda Franco e o major Walter Emilio Nique teriam agido no sentido de coagir o coronel Heraclides Tarragô, comandante do Regimento Bento Gonçalves, para que ocorresse a assunção do coronel Daisson Gomes da Silva ao comando da Brigada. No

⁷⁷ Ibid., p. 27.

⁷⁸ Ibid., p. 41.

depoimento do coronel Heraclides Tarragô, as acusações se confirmam em relação aos oficiais citados anteriormente. Nas palavras do coronel Heraclides Tarragô, no momento em que esses oficiais entram em contato com ele mesmo, o coronel Daisson Gomes da Silva já havia sido nomeado comandante da Brigada Militar.

Os tenentes-coronéis Daisson Gomes da Silva e João Pedro Emilio Neme foram apontados por outra testemunha como presentes numa reunião com o general Ladário no Quartel General do III Exército. No que segue em outro depoimento, o tenente-coronel Solon Pelanda Franco é apontado por já saber da requisição da Brigada Militar antes de tal informação ter sido divulgada. Além disso, o seguinte fato é relatado pelo major Walter Fernando Gonçalves de Albuquerque, na inquirição como testemunha de acusação, envolvendo esse tenente-coronel:

Que pela manhã de quinta-feira, conforme o hábito, em dois grupos fazerem as refeições no RBG, estranhando a demora do tenente-coronel SOLON voltar do café, para lá se dirigiu, o depoente, tendo encontrado, no refeitório, o tenente-coronel SOLON e varios [sic] oficiais do RBG que se retiraram assim que o depoente chegou, e ficaram conversando no pátio. Ouviu então o tenente-coronel SOLON dizer que “nós não tínhamos [sic] mais governandor e nem comandante”, porque não se sabiam por onde eles andavam, que o Presidente da República estava em Pôrto Alegre e que aguardar a palavra de ordem dele, que seria dada pelo rádio. Que outra voz disse “o Frota não resolve mais nada, está dominado por uns velhos gaga [sic], que nem enxergam mais. Nós temos que tomar uma decisão”. Outra voz disse “depende dos comandantes”, ouviu então o tenente-coronel dizer: “então vamos decidir”.⁷⁹

Até o momento, os depoimentos apresentados são constituídos no sentido de acusar os oficiais da Brigada de atitudes em favor da manutenção do governo de João Goulart, porém ao mesmo tempo, essas atitudes parecem não agradar principalmente o comandante da Brigada Militar, coronel Octávio Frota, o chefe do Estado Maior, coronel Raul Oliveira e mesmo outros militares, como o coronel Heraclides Tarragô, comandante do Regimento Bento Gonçalves. Como o objetivo desse trabalho se concentra principalmente em compreender as atitudes dos oficiais acusados de subversão, não irei avaliar em qual medida qual militar estava mais ou menos certo de suas atitudes. Isto é, o caráter ilegal do golpe civil-militar de 1964 indicaria que os chefes da Brigada Militar, coronéis Octávio Frota e Raul Oliveira estariam tomando atitudes subversivas, enquanto os oficiais acusados pelo IPM de atentarem contra a disciplina e hierarquia estariam defendendo a ordem democrática. Todavia,

⁷⁹ Ibid., p. 52.

penso que a avaliação sistemática das ações desses oficiais acusados pelo IPM possa ocorrer no sentido de compreender o porquê de defender a ordem democrática. Não parece, para mim, uma atitude óbvia, já que os policiais militares tomaram atitudes e posições diferentes.

Esse olhar de avaliação das ações dos policiais militares e mesmo a compreensão das divergências internas surge, principalmente, a partir da leitura de Martins Filho, o qual buscou num primeiro momento fazer os apontamentos necessários ao que até então havia sido produzido sobre as interpretações dos regimes militares: “em contraposição às teses elitistas burocráticas – cuja ênfase recai na homogeneidade – procuro trazer à luz as características de heterogeneidade, divisão e fluidez especificamente militares que caracterizam as práticas políticas castrenses”.⁸⁰ Embora o autor estenda sua pesquisa sobre 1964 a 1969 e se concentre em específico na dinâmica das crises políticas durante na ditadura civil-militar, compreendo a utilidade da perspectiva de Martins Filho para entender e questionar o que ocorria na relação entre os policiais militares da Brigada em 1964.

Partindo dessa perspectiva, busco agora compreender a partir dos depoimentos dos oficiais indiciados pelo IPM instaurado em 06 de abril de 1964, as razões que os levaram a se oporem ao golpe. Volto a ressaltar a importância do cuidado com o processo de acusação. Nesse tipo de fonte, há os interrogatórios que constituem o procedimento de questionar aos oficiais o porquê de suas ações. Porém, não se pode, a partir disso, buscar uma verdade sobre o porquê da oposição, pois o interrogatório foi a base para as conclusões do Ministério Público ao apresentar a denúncia, ou seja, o que era dito podia resultar em prejuízos para os oficiais, como as prisões. Nesse sentido, o ambiente dos interrogatórios durante a ditadura civil-militar não era o mais propício para afirmar posicionamentos políticos. Todavia, como apresento nesse trabalho, mesmo com esse ambiente, alguns policiais admitiram suas ligações com partidos e organizações políticas. Então, o que busco nos interrogatórios são os relatos sobre as razões que motivaram a oposição, levando em conta que não se trata de uma análise com fim em si mesma, pois outros tipos de fontes podem comportar relatos indicando outras razões.

Na análise do processo de acusação, percebi alguns níveis de motivos para a oposição. O primeiro a ser explorado é o nível que indica que se opor ao golpe significava defender o projeto político trabalhista. Ao mesmo tempo, essa defesa era, para alguns, representada a partir da filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro e ao Diretório Ernesto Dornelles, para outros se tratava apenas de uma simpatia pelo projeto político trabalhista, sem

⁸⁰ Martins Filho, op. cit., p. 36.

necessariamente estar filiado a alguma organização. Ainda na questão trabalhista, opor-se ao golpe podia significar seguir o que Leonel Brizola havia defendido, isto é, a manutenção de João Goulart como presidente, como é o caso do coronel Mauro Pereira Caloy, o qual afirmou, no interrogatório, o que segue.

P/R.: - QUE ideologicamente [sic] é trabalhista nacionalista, progressista, seguindo a liderança do deputado LEONEL BRIZOLA. P/R.: - QUE as ações praticadas pelo depoente, digo, declarante referidas nestas suas declarações decorreram pela razão de entender que o fazia em defesa dos direitos da Presidência da República, e não, conscientemente, com o escopo de colaboração em qualquer movimento que correspondesse a comunicação, digo, a comunização do País, mesmo porque entende que não haveria clima para isso.⁸¹

Ou seja, o depoimento indica que o coronel Mauro Pereira Caloy era um dos militares próximos a Leonel Brizola, além de evidenciar sua participação na comissão que teria a pretensão de articular a assunção do tenente-coronel Daisson Gomes da Silva ao Comando da Brigada. A partir do depoimento desse tenente-coronel que havia sido nomeado para substituir o coronel Octávio Frota no comando da Brigada Militar, também é possível perceber sua proximidade com Brizola: “P/R.: QUE segue a linha ideológica nacionalista do deputado LEONEL BRIZOLA, do qual é grande admirador e amigo”.⁸² Nesse mesmo nível de razão da oposição ao golpe está o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, que declarou pertencer “[...] aos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro [...]” e adotar “[...] a orientação traçada pelo Deputado Leonel Brizola quando se refere ao trato de assuntos que sejam de interesse do bem do povo”.⁸³ Esse tenente-coronel, como descrito já na introdução desse trabalho, foi um dos mais próximos do político, tendo atuado ao lado dele quando exerceu o cargo de governador do Rio Grande do Sul.

Sobre o significado de Leonel Brizola para os dois últimos oficiais citados, a partir dos depoimentos, é possível fazer referência ao coronel Dirceu de Assis Canabarro Trois. Todavia, esse pondera sobre a liderança do político: “P/R.: QUE obedecia a liderança do deputado BRIZOLA, por que estava consubstanciada no seu ideal político, no entanto não obedecia sua orientação senão quando coincidissem com o ponto-de-vista do declarante”.⁸⁴

Nos depoimentos ainda é possível perceber que Leonel Brizola não era o único a ser considerado um líder entre os oficiais, mas que isso também acontecia em relação a João

⁸¹ Ibid., p. 60.

⁸² Ibid., p. 62.

⁸³ Ibid., p. 81.

⁸⁴ Ibid., p. 66.

Goulart. Sobre isso, o coronel Militão da Silva Neto afirmou ser “[...] trabalhista e que teve por seu chefe e líder o Presidente da República de então [...]”⁸⁵. Esse coronel ainda considerou João Goulart como “[...] nacionalista número um [...]” e Leonel Brizola sendo um dos líderes.⁸⁶

Ou seja, pode-se perceber através das fontes que a liderança de Leone Brizola não era algo unânime entre os defensores do nacionalismo, como o capitão Maildes Alves de Mello, que afirmou pertencer “[...] ao Partido Trabalhista [...]”, porém não seguia “[...] a orientação do deputado LEONEL BRIZOLA”.⁸⁷ Outros oficiais que afirmaram pertencer ao PTB e ao Diretório Ernesto Dornelles, mas não seguir a liderança de Brizola foram: major Viriato Natividade Duarte, o 1º tenente Rui Martins Coimbra, o capitão Edy da Silva Cardoso, o tenente Rui Martins Coimbra e o 1º tenente Plínio Ivar da Rosa e o tenente Antônio Carvalho França.⁸⁸

Para outros militares como o major Walter Emilio Nique, opor-se ao golpe estava relacionado ao compromisso institucional de seguir a ordem constitucional, ou seja, garantir que João Goulart continuasse como presidente da República. Ao mesmo tempo, para esse major, o significado da liderança de Leonel Brizola também foi redimensionado.

P.R. Que, digo Perguntado se o Presidente resolvesse resistir, respondeu que cumpriria o juramento prestado por ocasião da sua declaração de Aspirante a Oficial, aonde [sic] havia sumido o compromisso de defender a autoridade legitimamente constituída com o sacrifício da própria vida. Que naquela ocasião [31 de março de 1964] o Presidente João Goulart, ainda, era autoridade legitimamente constituída. P.R. Que considerava, na ocasião, como agora, o Governador MENEGHETTI autoridade legitimamente constituída que foi eleito pelo sufrágio da maioria de eleitorado gaúcho. P.R. Que não é inscrito em partido algum, mas é trabalhista por convicção. P.R. Que não pertencia a ala nacionalista-progressista do deputado LEONEL BRIZOLA. P.R. Que considera o deputado BRIZOLA o líder das massas trabalhadoras, bastando ver o resultado da sua votação na Guanabara. Que estava de acôrdo com as idéias do referido deputado algumas e outras não. Que esclarece os pontos que concorda com o Deputado BRIZOLA, a reforma agrária, de acordo com sua idéia, isto é, tornando cada agricultor um proprietário, para isto limitando a extensão das propriedades, proteção das riquezas naturais; desenvolvimento econômico livre da espoliação estrangeira; e que entre outras coisas não concorda com a ênfase dada ao círculo dos sargentos.⁸⁹

⁸⁵ Ibid., p. 68.

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Ibid., p. 73.

⁸⁸ Ibid., p. 107; p. 113-115.

⁸⁹ Ibid., p. 94.

Ou seja, o major Walter Emilio Nique foi um dos que demonstrou seu posicionamento institucional de defesa da manutenção da Presidência da República, ao mesmo tempo em que relatou discordância em relação a alguns posicionamentos de Brizola.

Também é possível perceber que alguns oficiais negaram envolvimento com partidos políticos, como o major Jacques da Rocha Motta que no interrogatório afirmou que não pertencia “[...] a partido político algum [...]” e que nunca havia frequentado “[...] reunião alguma de caráter político”.⁹⁰ O coronel Julio Barzoni negou filiação ao PTB e ao Diretório Ernesto Dornelles.⁹¹

Nessa mesma perspectiva de não envolvimento com partido políticos está o 2º tenente Igor Antônio Gomes Moreira, porém esse tenente admitiu seguir a perspectiva do nacionalismo progressista, tendo realizado, no Diretório Ernesto Dornelles, duas palestras: “uma sobre atualidade política e outra sobre atuação da imprensa mundial”.⁹² O tenente Igor Antônio Gomes Moreira ainda explicou outras visões sobre sua atividade enquanto estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

P/R.: - QUE além da carreira militar, o depoente se dedica a estudos superiores, frequentando os Cursos da Faculdade de Filosofia da UFRGS; QUE ao proferir palestra no “Centro Ernesto Dorneles” sobre a atualidade política nacional, o depoente focalizou, também, atuação do Partido Comunista Brasileiro como um [sic] das fôrças políticas que compõe a chamada 'esquerda'. Que o depoente próprio não focalizou a atuação do Partido Comunista, como ficou registrado antes, mas o mencionou como Fôrça política minoritária no quadro das 'esquerdas'; que na referida exposição também se referiu aos partidos da 'direita' e do 'centro'. P/R.: - QUE o depoente é francamente favorável as reformas de base e é contra a exploração de nossas riquezas pelo capitalismo estrangeiro, mormente, digo, mormente o capital americano, por ser predominante. P/R. - QUE, das reformas de base, o depoente destaca a reforma agrária, mas não na forma como vinha sendo pleiteada pelo senhor JOÃO PINHEIRO NETO – Que o depoente defende a expropriação das terras inaproveitáveis. Que os Cursos frequentado [sic] pelo depoente na Faculdade de Filosofia são os de geografia e o de sociologia, sendo que neste o depoente está matriculado no segundo ano como também no de geografia.⁹³

Assim, percebo que o tenente Igor, mesmo não declarando sua filiação partidária, possuía posicionamentos políticos sobre as reformas de base e a reforma agrária, que de alguma forma não eram os mesmos daqueles que defenderam a deposição de João Goulart. Essa mesma lógica de não estar filiado a partidos, mas possuir algum princípio político próximo ao governo deposto, pode ser encontrada no depoimento do capitão Lauro Lelis da

⁹⁰ Ibid., p. 84.

⁹¹ Ibid., p. 138.

⁹² Ibid., p. 96.

⁹³ Ibid., p. 97.

Rosa, que afirmou não estar “[...] filiado a partido algum [...]”, mas ser “[...] trabalhista por convicção [...]”, não seguindo as orientações de Leonel Brizola.⁹⁴ Da mesma forma, o coronel Max Herbert Hanck afirmou que era ligado ao PTB, porém apenas ideologicamente, não sendo filiado.⁹⁵

Há ainda os oficiais que se identificavam com o Movimento Nacionalista, como o capitão Dorival Divino de Campos, que além de ser filiado ao PTB e ao Diretório Ernesto Dorneles, era “[...] associado do Movimento Nacionalista, como contribuinte”.⁹⁶ Tal como esse capitão, o coronel Octacílio Barboza da Silva era filiado ao PTB, ao Diretório Ernesto Dornelles e ao Movimento Nacionalista, ao qual se referiu da seguinte forma: “[...] que o Movimento Nacionalista se norteia por princípios e não por liderança pessoal do senhor Brizola ou outros”.⁹⁷ Outro oficial ligado ao Movimento Nacionalista foi o coronel Wolmy das Missões Bocorny, que afirmou ser filiado ao mesmo. Porém esse negou ser filiado ao PTB e ao Diretório Ernesto Dorneles.⁹⁸ Já o major Oceano Gomes da Silva, irmão do tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, disse-se filiado ao PTB e ao Diretório Ernesto Dornelles, porém afirmou que estava afastado das instituições já no momento da crise política. Esse major ainda fez referência ao Movimento Nacionalista Brasileiro, enquanto filiado, porém também afastado já há algum tempo. Esse Movimento, criado em 1957, atuou no sentido de apoiar a posse de João Goulart como presidente, em agosto 1961 e possuía como principal fundamente a defesa da independência econômica do Brasil.⁹⁹

Alguns outros oficiais, como o coronel Venâncio Batista, coronel Rivadavia Cunha e o coronel Arduino de Vargas Zamo também foram interrogados, mas não foi possível perceber as razões que os levaram a se opor ao golpe de Estado.¹⁰⁰

Nos processos indenizatórios, é necessário fazer a ressalva que também se trata de uma fonte produzida num outro contexto e com outra finalidade. Como alguns policiais e seus familiares decidiram por solicitar as indenizações, pode-se dizer que as declarações e outros documentos anexados aos processos possuem conteúdos por vezes divergentes daqueles dos interrogatórios, já que no momento da solicitação, não há possibilidade de acusação de algum crime ou prisão. Pelo contrário, pode-se dizer que o ambiente dos processos indenizatórios

⁹⁴ Ibid., p. 98.

⁹⁵ Ibid., p. 24.

⁹⁶ Ibid., p. 122.

⁹⁷ Ibid., p. 126.

⁹⁸ Ibid., p. 125.

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-nacionalista-brasileiro>> Acesso em 20 OUTUBRO 2016

¹⁰⁰ Ibid., p. 119-120.

está mais propício à afirmação de questões como a efetiva participação na construção da oposição, bem como à afirmação de ligação com partidos e organizações políticas, como é o caso do 1º tenente Hélvio Rodrigues Ribas, que afirmou ter sido filiado ao PTB e também ao Diretório Ernesto Dornelles, e ter tido uma “[...] intensa participação política tanto antes como depois do golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil”.¹⁰¹ Outro oficial que também afirmou ser filiado a essas duas organizações foi o capitão Maildes Alves de Mello.¹⁰² A análise do processo indenizatório do capitão Rosalino dos Santos Dutra, também filiado a essas organizações, leva-me a compreender a atuação desse oficial na oposição ao golpe para além da manutenção democrática, mas também da defesa da política trabalhista.¹⁰³ A partir da análise do processo indenizatório do capitão João Nunes de Castilhos foi possível perceber sua história com a política a partir de uma declaração anexada, escrita pelo seu cunhado: “[...] meu cunhado era admirador confesso de Getúlio Vargas e Leonel Brizola; trabalhista convicto, como muitos de nós, até hoje”.¹⁰⁴

Até agora, apresentei algumas questões expressas nos interrogatórios, bem como no processo de acusação e no livro de memórias de Mello sobre as possíveis razões que levariam os 39 oficiais a se oporem ao golpe. Todavia, mesmo que tenha sido apresentada pelo promotor de justiça a denúncia contra os oficiais, apenas alguns deles foram aceitos pelo auditor da Justiça Militar como tendo sido responsáveis: coronel Mauro Pereira Caloy, tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, coronel Dirceu de Assis Canabarro Trois, coronel Militão da Silva Netto, tenente-coronel Solon Pelanda Franco, tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, major Jacques da Rocha Motta, major Walter Emilio Nique, capitão Maildes Alves de Mello, major Viriato Natividade Duarte, capitão Edy Silva Cardoso, coronel Venancio Batista, coronel Arduino Vargas Zamo, capitão Dorival Divino de Campos, coronel Octacílio Barbosa da Silva e tenente Miguel Archanjo Farias. Sobre o fato de ter recusado a denúncia contra os demais, o auditor escreveu o que segue:

Rejeito-a contra os demais, com fundamento no artigo 189, letra b, do Código da Justiça Militar, pois inexistente nestes autos fato criminoso que se lhes possa atribuir. A circunstância isolada de alguns oficiais terem firmado um telegrama ao então deputado Leonel Brizola por ocasião da passagem do ano de 1963; de outros terem comparecido à chegada, neste Estado, do ex-presidente João Goulart, ou penetrado no Quartel do III Exército, não constitui delito de qualquer espécie, considerando-se

¹⁰¹ Processos indenizatórios. APERS 2813-1200/02-0, p. 07.

¹⁰² Processo BNM 284, p. 72-73.

¹⁰³ Processos indenizatórios. APERS 2146-1200/02-6, p. 25.

¹⁰⁴ Processos indenizatórios. APERS 6984-1200/98-7, p. 13.

a surpresa dos acontecimentos e a dúvida reinante na ocasião, muito embora tais atos possam ser tidos como de transgressão disciplinar grave.¹⁰⁵

Ou seja, pode-se perceber pelo despacho do auditor certa preocupação com algum senso de justiça que ainda pudesse existir no período da ditadura civil-militar.

Com algumas das questões postas anteriormente, percebo que nem todos os oficiais, mesmo aqueles que foram formalmente acusados pela Justiça Militar, mantiveram entre si razões uníssonas que justificassem suas oposições à deposição de João Goulart. Nesse sentido, faz-se necessário, a partir dessa percepção, buscar compreender, à luz da bibliografia, como se pode interpretar essa não homogeneidade de motivos. Ressalto que embora busque na bibliografia uma perspectiva de interpretação, antes desse processo, ou seja, as análises das fontes já partiram de uma preocupação metodológica de questionar a diversidade de posicionamentos entre os militares, a partir da leitura de Martins Filho.

3.1.1 A perspectiva da heterogeneidade sobre o estudo da relação entre militares e política

O tema militares e política tem sido há algum tempo discutido nas ciências humanas. Como toda área de pesquisa, diferentes perspectivas de interpretação incidem sobre um mesmo objeto. No caso desse trabalho, considero que há um caminho para um melhor entendimento sobre a relação dos oficiais da Brigada Militar e suas articulações políticas no contexto do golpe de 1964. Penso que avaliar a dimensão da atuação de cada oficial, considerando as particularidades de visões ideológicas, pode se encaminhar para esse entendimento. Ao desenvolver o início da pesquisa, havia percebido que existia um grupo de policiais militares que se relacionavam com Leonel Brizola no intuito de se posicionarem de forma contrária à deposição de João Goulart do cargo de presidente da República. Todavia, ao longo da pesquisa, percebi que esse grupo não era homogêneo, isto é, mesmo que o objetivo fosse impedir a deposição, os motivos, relatados em situações específicas como o interrogatório ou a solicitação de indenização, que levaram os oficiais a se posicionarem dessa forma não eram os mesmos.

Dessa forma, passei a não mais problematizar a perspectiva de compreender as relações de oficiais da Brigada Militar com Leonel Brizola, pois a importância de Leonel

¹⁰⁵ Processo BNM 284, p. 325.

Brizola pode não ser a mesma para cada oficial, levando em conta as particularidades e pluralidades de visões políticas. Em dado momento, defender a manutenção de João Goulart na presidência pode ter significados diferentes, como percebi em alguns momentos da pesquisa. Para alguns oficiais, tratava-se do compromisso enquanto militar, que dizia respeito ao cumprimento da ordem legal, como afirmou o então capitão Maildes Alves de Mello, em seu livro de memórias.

Assim foi, portanto, que recebi uma inesperada visita do padre Urbano. Ouviu-me muito como confessor experiente. Afirmei-lhe da minha consciência de nada ter feito de errado. Que apenas pensava como nacionalista que desejava melhores dias para a sociedade. Que apenas apoiava e dedicava meu esforço ao governo constituído, em cumprimento do juramento de **defender as instituições e o governo legal com o sacrifício da própria vida**.¹⁰⁶ [Grifo do autor]

Outros, como o então tenente-coronel Emilio João Pedro Neme, que foi filiado ao PTB e trabalhou com o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, posicionar-se em defesa da manutenção de João Goulart em seu cargo pode estar relacionado até mesmo à garantia de um projeto político que estava instaurado e com as reformas de base poderia se intensificar. Sobre esse tenente-coronel, um ex-militar do Exército, Carlos Alberto Telles Franck afirmou o que segue: “O Coronel Neme é um personagem notório das lutas antiditatoriais. Pertenceu ao Partido Trabalhista Brasileiro e teve uma intensa participação política tanto antes como depois do golpe militar que instaurou a ditadura no Brasil”.¹⁰⁷

Quando se pretende estudar a relação entre militares e a política, faz-se necessário entender quem são esses militares e de que política se está abordando. No caso desses oficiais da Brigada, entendo primeiramente que exista uma heterogeneidade de posições no que se refere à defesa da ordem democrática em 1964. Assim, avaliar a heterogeneidade não significa levar em conta a situação e oposição, como Nogueira aponta em relação ao governo de João Goulart, mas sim levar em conta as divergências e ao mesmo tempo pluralidades (que podem não significar diferenças) dentro de um mesmo posicionamento.¹⁰⁸ Essa última perspectiva surge a partir das observações de Martins Filho e Chirio sobre os militares

¹⁰⁶ Mello, 1997, p. 59.

¹⁰⁷ Processos indenizatórios. APERS 6229-1200/98-2, p. 64.

¹⁰⁸ Nogueira, 2006, p. 61. Nessa dissertação, o autor conclui que “O sucesso do presidencialismo no plebiscito de janeiro de 1963 deveu-se à união de forças políticas heterogêneas (favoráveis e contrárias a Goulart) que desejavam seu retorno como sistema político”. Nesse trabalho considero que a heterogeneidade não se refere apenas à questão de divergência em ser contrário ou a favor do Golpe de 1964, mas também em ser contrário, tendo posições e visões diferentes acerca do por que escolher esse caminho.

favoráveis e mantenedores da ditadura de 1964. O cientista político e a historiador partem de um olhar sobre os diferentes militares que auxiliaram e conduziram alguns dos governos no período da ditadura. Para esses autores, houve divergências no que se refere, por exemplo, ao recrudescimento do regime e ao papel da interferência do capital estrangeiro na economia.¹⁰⁹ A visão desses dois autores não leva em conta a atuação da instituição, enquanto promotora de uma ação política, mas sim de seus integrantes.

Para compreender a questão da heterogeneidade entre os militares opositores ao governo de João Goulart, trabalhada por Martins Filho, é necessário compreender que no momento do golpe em 31 de março para o 1º de abril de 1964, existia certa coesão entre os militares de que depor o presidente significaria resolver as indisciplinas dos subalternos. Porém, essa coesão não persiste quando da efetiva instauração do governo civil-militar. Passa a existir divergências quanto principalmente a forma de lidar com a economia e com os opositores do novo regime. Essa divergência vai além da dualidade entre uma ala mais liberal e a ala da linha-dura. De acordo com Martins Filho,

Mas a análise dos pontos de desunião na caserna exige alguns esclarecimentos. Com base no exame da atuação dos vários grupos militares, é possível propor que algumas linhas de ação divergentes iam se tornando mais nítidas. Por outro lado, o acompanhamento da atuação do general Albuquerque Lima parece trazer à luz o esforço de consolidar sua posição como porta-voz das insatisfações dos quartéis, vale dizer da oficialidade abaixo do generalato. No polo oposto, é visível o empenho do general Jayme Portella em concentrar sua campanha – por definição, restrita à alternativa de se apresentar como candidato sagrado pelo presidente – na consolidação de posições no interior do aparelho do Estado. Já à linha dura, incapaz de se apresentar isoladamente na batalha sucessória devido aos traços que já examinamos, restava a alternativa de participar como “linha auxiliar” da candidatura Albuquerque Lima.¹¹⁰

Ou seja, o cientista político, ao se referir às disputas internas entre os militares para escolher o sucessor do general Costa e Silva, demonstrou que não houve unanimidade nas decisões, gerando assim conflitos. No caso de Chirio, ela argumenta que por muito tempo o resultado do discurso que acabou por legitimar que haveria uma ação da instituição militar adveio da atuação de integrantes desse local, mais precisamente os generais que tomaram para si a permissão de falar pelas Forças Armadas e assim acabaram por deixar entender que estavam construindo um pensamento oficial: “[...] capitão, major, coronel e o próprio general

¹⁰⁹ Chirio, 2012. Martins Filho, 1997.

¹¹⁰ Martins Filho, op. cit., p. 124

de brigada devem deixar de fazer política; política é só nos altos escalões.”¹¹¹ A autora demonstra que mesmo que por muito tempo tenha se pensado que militares não faziam política e que toda efetiva intervenção desses na sociedade era resultado de um posicionamento institucional, isso foi uma construção dos próprios integrantes dos altos escalões. Todavia, os generais não conseguiram evitar que os militares de hierarquia inferiores tivessem de alguma forma envolvimento com a política.

Apesar da radicalização direitista da jovem oficialidade brasileira no início dos anos 1960, a “revolução” de 1964 não é um novo tenentismo, cujo advento nem os tenentes ou capitães, nem seus chefes imediatos ou distantes desejam. Nessa nebulosa conspiratória estilizada, os oficiais de patente superior, tenentes-coronéis e coronéis, ocupam um lugar especial. Enquanto os oficiais subalternos se agitam, alguns de seus veteranos se organizam: um Movimento Renovador Nacional, por exemplo, teria sido criado por membros dessa geração intermediária. Os coronéis, na posição de comandantes das unidades já importantes que são os regimentos, dispõem de certa margem para organizar e preparar regionalmente as tropas para a eventualidade de um golpe. Contudo, a passagem ao ato e a instauração de um novo governo não são visados sem a aprovação e até mesmo o comando de um general prestigioso.¹¹²

A atuação de militares na construção do golpe de 1964, mesmo sendo esses militares de hierarquias inferiores ao de generais, ocorre concomitantemente às acusações de que João Goulart estava sendo subserviente com a indisciplina nos quartéis. No dia de 30 de março de 1964, o então presidente da República comparece na Associação dos Sargentos no Automóvel Clube para ser homenageado pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar. Cinco dias antes, militares da Marinha comparecem no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio de Janeiro para o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que era considerada ilegal e que por esse motivo a presença dos militares nesse local caracterizaria um ato subversivo. O cabo Anselmo foi um dos militares presentes tanto no Automóvel Clube como no Sindicato dos Metalúrgicos. A presença de João Goulart intensificou as acusações de que estariam de alguma forma apoiando a indisciplina nos quartéis, conforme escreve Jorge Ferreira sobre aquele momento.

Goulart, ao discursar, estava irreconhecível. Não estava ali o orador seguro, mas, sim, um homem de semblante carregado, como se soubesse que algo grave estaria

¹¹¹ Orlando Geisel *apud* Chirio, 2012, p. 7.

¹¹² *Ibid.*, p 45.

para acontecer. [...] Sobre a questão tão esperada, a crise militar, o presidente apelou para que os sargentos continuassem unidos na disciplina consciente, “fundada no respeito mútuo entre comandantes e comandados”. Em sua definição, “a disciplina não se constrói sobre ódio e exaltação. A disciplina se constrói sobre o respeito mútuo entre os que comandam e os que são comandados”. A sua maneira de entender a disciplina e a hierarquia, no entanto, deu mais argumentos aos militares insatisfeitos com o presidente. Além disso, amplo setores sociais, sobretudo das classes médias, assustados com o comunismo e o radicalismo das esquerdas, não queriam ouvir o presidente.¹¹³

Porém, a acusação de ser subserviente com desordem nos quartéis, acusação se referia a indisciplina de subalternos, em especial dos praças, que há algum tempo haviam sendo afastados de quaisquer possibilidades de ação política. Conforme o artigo 132, da Constituição de 1946, “os militares são alistáveis, desde que oficiais, aspirantes a oficiais, guardas-marinhas, subtenentes ou suboficiais, sargentos ou alunos das escolas militares de ensino superior para formação de oficiais” e o artigo 138 “são inelegíveis os inalistáveis”.¹¹⁴ Para Alfred Stepan, essa negação à participação política fomentou a insatisfação dos sargentos. Os grupos políticos que buscavam o apoio desses grupos no setor militar defendiam a participação desses na política.¹¹⁵ O resultado disso foi a efetiva participação dos subalternos nas eleições de 1962, com amplo relacionamento do PTB que atendia as demandas desses em suas campanhas. Rolim escreveu sobre a atuação desses subalternos nessas eleições.

Em um período democrático e na medida e que consolidavam suas entidades representativas, os subalternos militares passavam a estabelecer contatos com atores e partidos políticos mais ativos. Do contato, especialmente com o Partido Trabalhista Brasileiro, decorreu a possibilidade de participar ativamente do cenário político nacional. Por conta disso, nas eleições de 1962 ocorre o lançamento de sargentos-candidatos, tendo sido eleitos diversos candidatos tanto nas eleições para o Legislativo Federal, em 1962, quanto para os legislativos municipais, e 1963, obtendo expressivas votações em ambas eleições. O impedimento à posse de alguns candidatos eleitos acirrou os ânimos do Movimento dos Sargentos em busca de plena cidadania política, o direito de votar e ser votado.¹¹⁶

¹¹³ Ferreira, 2003, p. 390-391.

¹¹⁴ Constituição de 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm Acesso em 04 SETEMBRO 2016.

¹¹⁵ Stepan, 1975, p. 118.

¹¹⁶ Rolim, 2009, p. 241.

Dessa forma, o sentido de certo *apolitismo* entre os militares não ocorreu na prática, nem entre aqueles próximos aos projetos políticos de João Goulart nem mesmo entre os opositores ao governo. Nessas condições, penso que a perspectiva da heterogeneidade possa se aplicar não somente àqueles que legitimaram a ditadura civil-militar de 1964, mas também aos que se opuseram. Assim, pretendo avaliar qual a dimensão dessa heterogeneidade da oposição ao regime instaurado e como ela foi constituída.

3.2 A acusação de pertencimento ao Grupo dos Onze

Uma das questões a ser analisada do processo judicial do BNM Digital se refere à acusação de que os 39 policiais integraram os Grupos dos Onze da Brigada Militar. Quando iniciei a leitura desse processo, pensei em trabalhar com esses grupos, porém tal caminho seria percorrido pelo entendimento que esses grupos existiram dentro da Brigada Militar. A denominação de pertencimento aos Grupos dos Onze está inserida na acusação da Justiça Militar do Rio Grande do Sul, num período em que as instituições judiciárias já iniciavam a sistematização da repressão. Sobre a atuação do judiciário no período da ditadura, Silva escreve que,

Apesar do não envolvimento direto da instituição com o movimento que depôs o presidente João Goulart, a reação do ministro Araripe demonstra que os ministros que a compunham demandavam certa participação no panorama político que ainda estava em fase de incertezas e delineamento, apesar de requerê-la de forma “serena e discreta”. Em certa medida, a rejeição do papel de “eunucos e conformados” sugere a disposição do Tribunal para agir ao lado dos deflagradores do golpe, colocando-se à disposição para agir como “justiça revolucionária.” De fato, no “momento preciso” a Justiça Militar, em sua integridade, foi configurada como instituição de “apoio” ao ainda insipiente movimento.¹¹⁷

Ou seja, o judiciário também passou a apoiar o regime instaurado. Todavia, como indica Bacellar, confrontar fontes é um passo importante para a escrita de um trabalho.¹¹⁸ Nesse sentido e com a possibilidade de acessar outros tipos de fontes como os processos indenizatórios e o livro de memórias, penso existam evidências tais grupos não tenham existido na Brigada Militar no momento do golpe. Isso se torna importante, na medida em que o objetivo desta monografia visa a compreender os porquês da construção da oposição de

¹¹⁷ Silva, op. cit., p. 46.

¹¹⁸ Bacellar, op. cit., p. 79-80.

oficiais da polícia militar, já que caso não tenha existido os Grupos dos Onze nessa instituição, é possível levantar a hipótese que houve diferentes razões para que os policiais não concordassem com o rompimento democrático. Para Ribeiro, os Grupos dos Onze na Brigada são entendidos como homogêneo, isto é, com integrantes que possuem posicionamentos semelhantes ou iguais:

Com isso, podemos concluir que entre alguns policiais militares no período que antecederam o Golpe Militar de 1964, havia um forte relacionamento político com o PTB. Essa relação que nos afirma a possibilidade de existência do chamado “onze da Brigada Militar”, pois muitos dos que estavam envolvidos com o Diretório Ernesto Dorneles, estavam citados entre o IPM movido contra o grupo. E muitas vezes também passam a se reconhecer como pertencentes a esse grupo.¹¹⁹

Ribeiro compreende a história dos Grupos dos Onze na Brigada dentro do quadro de influência do PTB sobre os policiais militares. Para esse autor, cuja pesquisa se baseia no inquérito policial militar número 38.521, disponível no STM, a ação dos policiais militares foi referenciada a partir da proximidade desses com o PTB. Essa fonte busca apontar esses militares como ligados a Leonel Brizola, pois foi esse político que passou a construir a oposição ao golpe de 31 de março de 1964 em Porto Alegre.

Sendo assim, podemos concluir que, apesar de não ser hegemônico, o PTB representa uma esfera importante da política no Rio Grande do Sul entre os anos de 1950 a 1960. Nesse sentido, percebemos também que as influências políticas do partido, principalmente após com o evento da Legalidade, deixam sementes na Brigada Militar, onde muitos oficiais e praças da instituição eram filiados ao Partido e muitos próximos da figura política do ex-governador Leonel Brizola. Percebe-se essa proximidade principalmente em algumas informações encontradas no Inquérito Policial Militar 38.521, em seu primeiro volume, onde se afirma que no dia 08 de julho de 1964, em Porto Alegre, foram confiscadas, no Diretório General Ernesto Dornelles (diretório do PTB em Porto Alegre), algumas documentações referentes à vinculação de polícias militares com o partido. [...] Em muitos dos documentados citados, são encontrados os nomes de oficiais e praças da BM afirmando a proximidade política ao PTB, e que de certa forma exerciam essa influência dentro de sua corporação.¹²⁰

Então, a conclusão de que os policiais militares acusados pelo IPM 38.521 integravam os Grupos dos Onze na Brigada Militar e eram filiados ou ligados ao PTB e ao Diretório

¹¹⁹ Ribeiro, op. cit., p. 104.

¹²⁰ Ibid., p. 102.

Ernesto Dorneles, pode não levar em conta a análise crítica sobre a fonte produzida por uma Justiça Militar que não pretendia de fato seguir o que antes do golpe eram as regras jurídicas. Além disso, o discurso presente na fonte é muito próximo ao que ocorria na época de acusar quaisquer pessoas por atos subversivos, quando essas não concordavam com o regime militar. É necessário levar em conta que ser filiado ao PTB e ao Diretório Ernesto Dornelles, ou não; ser filiado ao Movimento Nacionalista; simpatizar com a causa nacionalista ou trabalhista, seguir ou não a liderança de Brizola são questões que podem estar relacionadas, mas não são as mesmas.

Na análise dos processos indenizatórios, é possível compreender que alguns militares estavam realmente filiados ao PTB como o capitão Maildes Alves de Mello, tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, capitão Rosalino dos Santos Dutra, capitão João Nunes de Castilhos, 1º tenente HÉlvio Rodrigues Ribas, e ao Diretório Ernesto Dorneles como o já citado capitão Maildes Alves de Mello e o 1º tenente HÉlvio Rodrigues Ribas. Dos processos analisados, o coronel Mauro Pereira Caloy e o capitão Militão da Silva Neto não declararam qualquer vínculo com esses grupos políticos. Assim, essa análise não indica a totalidade dos 39 oficiais como integrantes desses grupos políticos, motivo pelo qual compreendo a ligação de alguns policiais com o PTB e com o Diretório Ernesto Dorneles, mas passo a questionar a existência dos Grupos dos Onze da Brigada Militar, com base também no que Maildes Alves de Mello afirma:

Como dizia, não havia fundamento lógico na denúncia do **Grupo dos 11**, porque um de seus componentes, um major, era na época subcomandante de uma unidade. Centenas de homens estavam sob seu comando. Teria ele abdicado de seu comando para ser um soldado num grupo de 11? E os demais capitães e tenentes, também teriam renegado seus comandos fracionários para se sujeitarem a uma situação subalterna? Não... Isso era somente um novo **prato cheio** para o novo regime se justificar.¹²¹ [grifo do autor]

O que Mello coloca não pode ser tomado como verdade absoluta, pois como colocado anteriormente, nesse trabalho, a crítica das fontes é necessária. O que Mello escreve se soma como mais um indício para levantar a hipótese que o Grupo dos Onze na Brigada Militar não existiu, todavia, abaixo estão mais alguns indícios que se referem tanto à metodologia como as fontes utilizadas por Ribeiro, que se pautou por considerar a efetiva existência desse grupo.

¹²¹ Mello, op. cit., p. 87-88.

Questionar a existência desse grupo na Brigada Militar, a partir da leitura da dissertação do Ribeiro ocorre também porque, a fonte utilizada por esse autor, o IPM 38.521 possui trechos idênticos a uma das fontes que utilizo nessa pesquisa: trata-se da acusação apresentada pelo Ministério Público à 1ª Auditoria da Justiça Militar de 21 de novembro de 1964 dos 39 policiais militares por supostamente estarem “agindo contra as ordens recebidas de seus superiores, ou negando-se a cumpri-las”¹²², “recusando obediência ao superior, quando estejam agindo sem ordem ou praticando violência”¹²³, por combinar “[...] a prática de crime previsto no artigo 130”¹²⁴, por aliciamento “[...] para a prática de crimes previstos”¹²⁵ no capítulo I do Código Penal Militar, por incitarem “[...] a desobediência, à indisciplina, ou a prática de crime militar”¹²⁶, por “desobedecerem ordem legal de autoridade militar”¹²⁷. No caso do tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, esse foi acusado ainda de “assumir [...], sem ordem ou autorização, qualquer comando ou direção de estabelecimento militar”¹²⁸, mesmo que fosse uma tentativa de assumir o comando, a punição seria “correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços”¹²⁹. Apenas os oficiais da ativa foram acusados de “abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo”¹³⁰. Todos foram acusados de infringir a Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953, que definiu os “crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social”¹³¹, nas seguintes qualificações: “subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo”¹³², “concertarem-se ou associarem-se mais de três pessoas para a prática de qualquer dos crimes definidos [...]”¹³³ nos artigos 1º ao 6º, “fazer publicamente propaganda de processos violentos para a subversão da ordem política ou social”¹³⁴, “provocar animosidades entre as classes

¹²² Artigo 130, inciso I do Código Penal Militar (CPM) de 24 de janeiro de 1944 (Decreto-Lei nº 6.227). Disponível

em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6227&tipo_norma=DEL&data=19440124&link=s> Acesso em 18 SETEMBRO 2016.

¹²³ Artigo 130, inciso II do CPM.

¹²⁴ Artigo 132 do CPM.

¹²⁵ Artigo 133 do CPM.

¹²⁶ Artigo 134 do CPM.

¹²⁷ Artigo 227 do CPM.

¹²⁸ Artigo 145 do CPM.

¹²⁹ Artigo 20 do CPM.

¹³⁰ Artigo 171 do CPM.

¹³¹ Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm> Acesso em 18 SETEMBRO 2016.

¹³² Artigo 2º, inciso IV da Lei 1.802.

¹³³ Artigo 7º da Lei 1.802.

¹³⁴ Artigo 11, letra a) da Lei 1.802.

armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis”¹³⁵, “instigar, publicamente, desobediência coletiva ao cumprimento da lei de ordem pública”¹³⁶.

Ocorre que, a numeração do IPM que Ribeiro utiliza em sua pesquisa é o mesmo da apelação ao STM do tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, coronel Mauro Pereira Caloy, coronel da reserva Arduino de Vargas Zamo e do major Walter Emílio Nique, os quais foram condenados à reclusão.¹³⁷ Assim, percebemos a possibilidade de Ribeiro estar tratando de um processo judicial e não de um IPM. Ao trabalhar apenas com o IPM, pode-se perder as questões dos procedimentos jurídicos que consideram, em certa medida, a falta de provas para acusar os policiais como integrantes dos Grupos dos Onze. Ao mesmo tempo, o IPM parte de uma denúncia constituída com o auxílio do coronel Ary Lampert, o qual foi nomeado pelo comandante da Brigada Militar, que poderia ter interesses caso todos os oficiais fossem formalmente acusados pela Justiça Militar.

Os Grupos dos Onze (Grupos dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas), de forma geral, ou seja, não os que supostamente eram da Brigada Militar, foram constituídos antes do golpe de 1964. De acordo com Szatkoski que estudos sobre os Grupos dos Onze na região do Alto Médio Uruguai, os objetivos dessas organizações eram “[...] a defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro, reformas imediatas e libertação nacional”.¹³⁸ Esses grupos surgiram num momento em que se pretendeu construir uma consciência sobre os acontecimentos políticos e econômicos do país. A defesa de um projeto de país que integrasse as classes menos favorecidas não era o único ponto das intenções desses grupos, a eminência de uma ruptura democrática também se inseria nesse sentido. Dessa forma, os Grupos dos Onze agiriam para defender a ordem constitucional. A lógica de organização desses grupos foi constituída com 11 pessoas, sendo uma delas a liderança e responsável por não deixar cada grupo destoar de seus objetivos de enfrentamento com a oposição ao projeto político das reformas de base. Essa oposição já havia manifestado seus princípios de ruptura democrática ao tentar impedir que João Goulart assumisse em 1961. A “coalizão anti-Goulart” não descansou até efetivar seus anseios de evitar o que ela mesma defendia como a *comunização* do país.¹³⁹ Cheibub escreveu sobre os interesses dessa coalizão, que poderiam até modificar a Constituição para que pudessem efetivar o que desejavam:

¹³⁵ Artigo 14 da Lei 1.802.

¹³⁶ Artigo 17 da Lei 1.802.

¹³⁷ Processo BNM, p. 2.

¹³⁸ SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: poder, política e repressão na região do Alto Médio Uruguai – RS 1947/1968*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2003, p. 103.

¹³⁹ O termo “coalizão anti-Goulart” foi retirado de Cheibub, op. cit., p. 177.

Os grupos conservadores, que dominavam o Parlamento, viam a manutenção do presidencialismo como uma ameaça aos interesses que representavam. Por outro lado, a disposição da extrema-direita para ignorar o “formalismo” constitucional a fim de impedir o “comunismo” encontrava pouca simpatia entre esses grupos. O interesse dos conservadores na manutenção do jogo eleitoral, tendo em vista as eleições de 65, levou-os a rejeitar a alternativa de ruptura institucional. Entretanto, a fidelidade dos conservadores às regras institucionais existentes não era tão forte a ponto de impedi-los de remendar a Constituição para garantir-lhes um poder ainda maior no processo decisório do que aquele de que já dispunham por serem maioria no Congresso.¹⁴⁰

Assim como tratou Baldissera, que estudou sobre os Grupos dos Onze na região do Alto Uruguai, questionando onde estariam vivendo os que teriam integrado essas organizações, criou-se um imaginário em torno desses Grupos de que esses estariam alinhados com o suposto projeto de *comunização* do país.¹⁴¹ Isso incrementou ainda mais as pretensões da “coalizão anti-Goulart” de efetivar uma ruptura no governo presidencial, a fim de que seus poderes políticos se expandissem. Ou seja, quando Ribeiro considera que o grupo de 39 policiais fez parte dos Grupos dos Onze, pois a fonte que ele estuda trata assim esses militares, o autor desconsidera o contexto de criação dos Comandos Nacionalistas e mesmo o processo de acusação que esses passaram a sofrer, já que foram incentivados por Leonel Brizola a se constituírem, para que fossem defendidos projetos políticos e evitado a interrupção democrática, num contexto em que para os grupos conservadores era válido qualquer caminho para se chegar ao poder.

Ribeiro escreve na nota de rodapé 183 a seguinte afirmação: “a expressão Onze da Brigada, nome do movimentado estudado nesta dissertação, é encontrado na página 5 do IPM 38.521. Dessa forma, compreendendo que os envolvidos nesse movimento assim se autointitulavam, adotamos essa nomenclatura como meio de identificação”.¹⁴² Szatkoski que também estudou um IPM de somente um Grupo dos Onze na região do Alto Médio Uruguai, salienta que se tal identificação no inquérito se trata de uma acusação.¹⁴³ Ou seja, quando um processo acusava alguém de integrar esses Grupos, significava que havia uma carga simbólica

¹⁴⁰ Ibid., p. 188.

¹⁴¹ BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze?: os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai -RS*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2003, p. 74.

¹⁴² Ribeiro, op. cit., p. 87.

¹⁴³ Szatkoski, op. cit., p. 176.

para denegrir a imagem do indivíduo e associá-lo a questões como o comunismo, socialismo ou subversão, importando menos a efetiva participação e mais a associação feita.

Assim, a hipótese de dualismo legalista na Brigada Militar de Ribeiro, perspectiva pela qual o autor defende com base no princípio da existência de dois grupos nessa instituição, sendo um efetivamente golpista, mas cuja retórica sustentava a atuação em defesa de uma suposta ordem e outro o dos Grupos dos Onze, pode não se sustentar, caso passe a questionar a efetiva existência dos Onze da Brigada. Ribeiro levanta sua hipótese com base na sua fonte tralhada, um processo de apelação que ele considera como sendo um IPM.

A hipótese da dualidade legalista apresenta-se no sentido de que, com as conturbações políticas que ocorriam durante a consolidação do Golpe Militar de 1964, vemos o discurso de defesa da Legalidade aparecendo nos dois grupos existentes na Brigada Militar, os que apoiavam o golpe que se formava e obedeciam às ordens dadas pelo governador Ildo Menegetti [sic] de permanecer no Quartel General, dando o apoio necessário ao que vinha se consolidando, e os que – segundo os IPM, os Onze da Brigada – articulavam-se para manter o governo de João Goulart e não deixar que o golpe se consolidasse, criando assim, um ponto de resistência.¹⁴⁴

É importante ressaltar que essa hipótese de Ribeiro foi feita com base em fontes como documentos oficiais da Brigada Militar e o processo de acusação dos policiais militares, ou seja, o autor não se utilizou do mecanismo de confronto de fontes, cujas perspectivas de funcionalidade pudessem divergir, tal qual proponho aqui para a análise. Pode-se pensar que, por essa razão da utilização de fontes oficiais, Brandalise e Harres tenham proposto um caminho de interpretação de fontes que pudessem não só compreender a atuação dos Grupos dos Onze durante o golpe civil-militar, mas também sua atuação no contexto dos anos 1963. Nesse sentido, as autoras escrevem:

A questão de fundo inspiradora da pesquisa é analisar esse movimento político como parte da conjuntura de 1963, trabalhando as formas como foi interpretado na época, mas também enfocando e buscando as narrativas que sobre ele se constituíram, incluindo nessa dimensão, o trabalho de atualização da experiência produzido pela memória daqueles que dele participaram. Por se tratar de um movimento derrotado, esparsa documentação e referências existem. Torna-se necessário, assim, um esforço de pesquisa na realização de entrevistas, de modo a não se perder a experiência

¹⁴⁴ Ribeiro, op. cit., p. 96.

política que antecedeu o golpe militar de 1964, e que estava ligada à tentativa de contraposição ao golpe.¹⁴⁵

Isto é, para as autoras, há a necessidade de fazer uma crítica efetiva àquelas fontes que se referem às acusações dos Grupos dos Onze, pois essas foram construídas no período posterior à própria existência das organizações e foram feitas pelos setores repressivos, interessados muito mais em acusá-los de subversão do que averiguar a existência de crime nas ações desenvolvidas. Por essa razão, em outro trabalho, as autoras propõem que as divergências sobre a atuação dessas organizações não foram somente entre os grupos brizolistas e os “conservadores”, mas também houve divergências entre a esquerda, em especial com os principais dirigentes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), que viam nas ações dos Comandos Nacionalistas uma possibilidade de se chegar ao confronto com as Forças Armadas. Esse caminho de enfrentamento para conquistar os objetivos políticos já estava sendo revisto pelo PCB, algo que resultou inclusive na saída de alguns membros para fundar o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) em 1962, cujos objetivos políticos se davam pela legitimação do emprego do enfrentamento.¹⁴⁶

Nesse sentido, penso que além da relação de acusação de pertencimento aos Grupos dos Onze, cuja análise deve ser criteriosa, atentando para as fontes sobre as quais se desenvolve a interpretação, é importante ressaltar que outras questões estão inseridas no momento em que esses oficiais são acusados de pertencer a essas organizações, como a vinculação com a esquerda.

3.2.1 A relação entre a esquerda e os policiais militares

A oposição criada pelos policiais militares ao golpe de 1964 não resultou apenas em serem eles acusados de integrar os Grupos dos Onze. Nos interrogatórios feitos durante o andamento do IPM, bem como na acusação formal do Ministério Público à Justiça Militar do Rio Grande do Sul, percebe-se a partir do peso que Leonel Brizola tivera ao se articular com grupos de esquerda, como que isso influenciou em dado momento as acusações. Além disso, alguns policiais militares eram filiados ao PTB, sendo o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme um dos mais próximos de Leonel Brizola, que além de trabalhar com ele, foi escolhido

¹⁴⁵ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul – notas preliminares*. *Historiae* (FURG), Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 67-86, 2014, p. 70.

¹⁴⁶ BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964*. *Antíteses* (UEL), Londrina, v. 8, n. 15, p. 178-202, 2015, p. 193-199.

para comandar os Grupos dos Onze no Rio Grande do Sul. Sobre os Grupos dos Onze, o tenente-coronel afirmou o que segue, em entrevista a Baldissera.

...desconheço qualquer assunto que verse sobre o Grupo dos Onze guerrilheiro [sic], assaltantes, atentados, tudo isso que começaram a querer dizer que existia. Para mim, o Grupo dos Onze, a missão que eu recebi foi totalmente política. Dr. Brizola queria que não se desmanchasse aquele grande apoio popular ao movimento da Legalidade. (...) E porque Grupos de Onze? Pela facilidade de ser organizado sem estrutura, sem nada. Era um militante brizolista chegar e dizer assim: “Eu vou organizar um Grupo dos Onze.” Reunia dez amigos, escrevia uma carta, botava nome e mandava. Agora imagina quantos nomes e endereços se recebeu? Milhões em todo o Brasil. Quer dizer, então o governador Leonel Brizola sentindo que o povo tinha se unido em favor do Brasil, não queria que esse povo abandonasse tudo.¹⁴⁷

Ou seja, para o tenente-coronel, a formação desses Grupos está relacionada às articulações políticas de Leonel Brizola. Nesse sentido, faz-se necessário avaliar em qual medida as esquerdas estiveram relacionadas com os policiais e qual o peso desse viés ideológico para esses militares. Para isso, faz-se antes necessário compreender o que significa o posicionamento de esquerda no contexto histórico da época.

João Goulart, presidente à época, possuía propostas de governo em consonância com a demanda por políticas sociais que visassem camadas da população que não tinham, até então, sido incorporadas nos projetos de governo pelos presidentes anteriores, de forma mais incisiva. Mesmo que o discurso da campanha de Getúlio Vargas em 1950 tenha incorporado o “nacionalismo e a reforma social”, e tenha trazido para seu governo (1951-1954) uma agenda que mobilizou a sociedade em torno de questões como a criação da Petrobras, não se tratou durante os anos que esteve como presidente da República de levantar posicionamentos de classe, inclinadas para um setor mais que outro.¹⁴⁸ Isso é o que caracterizou tal político como pragmático, capaz de “[...] manobrar e de mediar conflitos, em quaisquer circunstâncias”.¹⁴⁹ Em 1953, Vargas nomeia como ministro do Trabalho, João Goulart, cuja influência nos sindicatos e perspectiva de ação política visava à concessão de “[...] benefícios aos trabalhadores sem atentar para o que hoje se chama de responsabilidade fiscal”.¹⁵⁰ Sua demissão do Ministério do Trabalho viria após a proposta de aumento de 100% do salário mínimo, algo que resultou na insatisfação de militares do Exército, cujo manifesto explicava

¹⁴⁷ Entrevista de Emilio João Pedro Neme concedida a Baldissera, op. cit., p. 68.

¹⁴⁸ FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 163 e 171.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 186.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 182.

que tal aumento faria com que os trabalhadores recebessem aproximadamente ao que as pessoas com curso superior recebiam. O “Manifesto dos coronéis” trouxe como consequência a demissão de João Goulart em 1954. Paradoxalmente, Getúlio Vargas após o episódio aumentou o salário mínimo em 100% e teceu elogios ao ex-ministro do Trabalho como um “[...] incansável amigo e defensor dos trabalhadores”.¹⁵¹

Quando João Goulart assume em 1961, foi o momento em que o projeto de governo se direcionaria para classes específicas da sociedade, em especial as mais baixas. De acordo com Ferreira,

Ao assumir o governo, Goulart teve que responder ao programa histórico das esquerdas e defendido por ele mesmo desde os anos 1950: as reformas de base. Trava-se de um conjunto de medidas que visava alterar as estruturas econômicas, sociais e políticas do país, permitindo o desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Entre as principais reformas, constavam a bancária, fiscal, administrativa, urbana, agrária e universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas.¹⁵²

Conforme Ferreira, Leonel Brizola foi um dos que mais pressionou João Goulart para que as reformas se efetivassem.¹⁵³ O grupo dentro do PTB que Brizola liderava era nomeado de nacional-revolucionários. A pauta desse grupo era justamente aquilo que os opositores de João Goulart consideraram como sendo um caminho para o comunismo, isto é, a preocupação com os setores sociais que por anos haviam sido deixados de lado nos projetos políticos dos presidentes. Quando Leonel Brizola atuou na Campanha da Legalidade para garantir a posse de João Goulart, não se tratou apenas da defesa da ordem constitucional, mas também a defesa de uma política que o então governador do Rio Grande do Sul já havia iniciado no estado. Um dos momentos no governo do estado do Rio Grande do Sul que Leonel Brizola demonstrou sua posição em relação ao desenvolvimento social foi a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), que não agradou os setores que defendiam a exploração do capital estrangeiro em solo brasileiro. Ou seja, tornou-se um “[...] momento importante do viés nacionalista da administração [...]” do então governador.¹⁵⁴

¹⁵¹ Ibid., p. 184-185.

¹⁵² FERREIRA, Jorge. *A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista e a crise política de 1964*. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 1, n.1, p. 103-126, 2004, p. 105.

¹⁵³ Ibid.

¹⁵⁴ Rolim, op. cit., p. 14.

Sobre a relação entre João Goulart e Leonel Brizola, não faltaram acusações de que os dois seriam os causadores da desordem no país que encaminhavam a nação para o comunismo.¹⁵⁵ Assim, ser de esquerda nessas acusações era ser comunista. O peso de mobilizar setores sociais em prol das reformas de base indicou que os setores conservadores não iriam descansar até impedir que esses projetos se tornassem realidade. Havia também a vontade de instaurar outro tipo de projeto para o país, que se assemelhasse à intervenção do capital estrangeiro, que mantivessem os setores sociais economicamente mais baixos nessa mesma posição, que os setores subalternos das Forças Armadas não votassem, nem mesmo os analfabetos. Tratou-se e grande medida de acusar de comunismo aquilo que para os setores conservadores não lhes era de agrado. João Goulart e Leonel Brizola representavam a possibilidade de mudanças e o golpe de 1964 veio para frear essas modificações. Porém, como demonstra Ferreira, as estratégias adotadas pelas esquerdas não significaram a passividade, isto é, elas não esperaram pela radicalização antidemocrática da direita (os conservadores) com o discurso em defesa da democracia.¹⁵⁶ Em dado momento, interessava às esquerdas também a efetividade de reformas a qualquer custo, já que “para obter as reformas, propunham e estavam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente quando fosse compatível com a reforma radical”.¹⁵⁷

Questiono então, qual seria a relação dos policiais militares com as esquerdas? Para responder a esse questionamento, é preciso compreender então que por esquerdas entendo, como explicado anteriormente, aqueles grupos que de alguma forma estiveram em consonância com os projetos de João Goulart e Leonel Brizola. Mais precisamente, parto dessa análise considerando o papel desenvolvido pela Frente de Mobilização Popular (FMP), que conforme Ferreira, em detrimento de reformulações na política, “[...] pediam o fechamento do Congresso, a mudança da Constituição e questionavam os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946”.¹⁵⁸ Sendo Leonel Brizola o líder da FMP, interessa-me avaliar em que medida os policiais militares, em especial aqueles mais próximos do líder desse frente, estavam ou não inseridos. Já que entre as principais reivindicações desse grupo estavam questões relacionadas diretamente aos militares como o direito ao voto e à elegibilidade dos subalternos, bem como a anistia a soldados e sargentos, que participaram de movimentos justamente por garantir participação mais efetiva na política.¹⁵⁹

¹⁵⁵ Nogueira, op. cit., p. 68.

¹⁵⁶ Ferreira, op. cit., 2004, p. 124.

¹⁵⁷ Figueiredo, op. cit., 202.

¹⁵⁸ Ferreira, op. cit., 2004, p. 123.

¹⁵⁹ Rolim, op. cit., p. 19.

Como escrevi no subcapítulo 3.1, aqueles policiais que se declaravam brizolistas ou apenas simpatizavam com as posições de desenvolvimento social desse político, negavam qualquer possibilidade de ruptura democrática em detrimento de modificações na estrutura do país, já que defendiam a ordem constitucional, razão pela qual se opuseram ao golpe de Estado de 1964. Como exemplo, trago novamente o que o major Walter Emilio Nique afirmou em seu interrogatório, referente ao fato dele ter se oposto ao golpe por entender que seu compromisso institucional se referia à manutenção da autoridade federal democraticamente eleita.

Percebendo diferentes nuances nas posições dos policiais militares, torna-se complicado classificá-los como sendo de esquerda, ao menos no momento do pré-golpe e no início da ditadura civil-militar. Tal percepção ocorre por questionar o entendimento de que os 39 policiais constituíram um grupo homogêneo, cujos ideais convergiam com os posicionamentos de Leonel Brizola. Havia divergências e essas permitem lançar novos questionamentos, como por exemplo, o que seria um militar de esquerda. Há também na acusação, o peso da filiação de alguns ao Partido Trabalhista Brasileiro. Ao apresentar a denúncia contra os 39 oficiais, o promotor os relacionou por completo com o partido.

3.2.2 A relação do PTB com os oficiais da Brigada Militar

Para além da acusação de pertencimento aos Grupos dos Onze e de serem de esquerda, os oficiais da Brigada Militar também foram acusados de integrarem o Diretório Ernesto Dornelles.¹⁶⁰ Como uma das questões específicas que busco compreender nesse trabalho se refere à ligação desses militares com esse Diretório, faz-se necessário entender o que foi essa organização. Para isso, partimos da análise de Chagas que aponta para o fato de que a maioria dos integrantes do Diretório era da Brigada Militar.¹⁶¹ Ligado ao PTB, esse Diretório funcionou como um dos promulgadores da política trabalhista e nacionalista, isto é, visando não só as reformas de base, mas também a melhoria na educação e no salário dos próprios policiais militares. Outra funcionalidade para o Diretório foi a de receber documentos de fundação de Grupos dos Onze para depois remetê-los ao Rio de Janeiro. Soma-se a isso a construção de uma possível resistência por parte da organização a um golpe de Estado, quando esse ainda era uma possibilidade e não uma ação concreta. Chagas, que abordou em

¹⁶⁰ Processo BNM 284, p. 11.

¹⁶¹ CHAGAS, Fábio Gonçalves das. *O Nacionalismo Revolucionário e a resistência à ditadura nos anos 1960 no Brasil*. Locus, Juiz de Fora : UFJF, v. 17, p. 161-193, 2012, p. 174.

seu estudo uma breve referência do Diretório, sustentou sua análise a partir de documentos que apreendidos na sede dessa organização e anexados ao mesmo processo de acusação disponível no BNM Digital, que é utilizado nessa monografia.

Assim, há indícios de que o Diretório Ernesto Dornelles funcionou no sentido de não só sistematizar as ações políticas em defesa de um projeto nacionalista, mas também idealizar uma possível resistência à ruptura democrática. Todavia, para Chagas, “o golpe aconteceu, mas o Diretório não entrou em ação”.¹⁶² Essa é uma afirmação que pode ser questionada. De fato, as fontes disponíveis para análise não indicam a ação de resistência por parte do Diretório, pois nem todos os 39 oficiais eram filiados ao PTB, ao contrário do que o processo de acusação disponível no sítio eletrônico do BNM apontou. Porém, levando em conta que alguns policiais integraram o PTB, pode-se afirmar que uma parte deles que integravam o Diretório agiram na oposição ao golpe. Para chegar à conclusão de quais policiais integraram essa organização considero tanto os processos indenizatórios como o processo de acusação.

No que se refere aos primeiros, sete foram analisados. Dentre esses, o coronel Militão da Silva Neto, o coronel Mauro Pereira Caloy e o 1º tenente Helvio Rodrigues Ribas não afirmaram nenhum pertencimento a quaisquer organizações políticas. O tenente-coronel Emílio João Pedro Neme e o capitão João Nunes de Castilhos afirmaram pertencer ao PTB. Já o capitão Maildes Alves de Mello e o capitão Rosalino Santos Dutra afirmaram pertencer, à época do golpe, ao PTB e ao Diretório Ernesto Dornelles. Esse último capitão foi um dos responsáveis por organizar “a primeira reunião político-trabalhista depois de 64”.¹⁶³ Ao que indica o relatório dessa reunião disponível no processo indenizatório do mesmo capitão, foi realizada em 31 de março de 1968. Na ocasião, foram discutidas as consequências da ditadura civil-militar instaurada quatro anos antes, sendo tal reunião considerada “um desabafo, o primeiro depois do golpe de 64, quando a companheirada se reuniu e soltou a angústia e a revolta que guardava no peito desde aquele trágico episódio”.¹⁶⁴

Em relação ao processo de acusação, alguns afirmaram pertencer ao PTB e/ou ao Diretório Ernesto Dornelles: coronel Dirceu Canabarro Trois, capitão Maildes Alves de Mello, tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, tenente Hélivio Rodrigues Ribas, major Viriato Natividade Duarte, tenente Rui Martins Coimbra, capitão Edy da Silva Cardoso, Plínio Ivar da Rosa, capitão Dorival Divino de Campos, coronel Max Herbert Hanck (declarou-se ligado ao PTB apenas ideologicamente), coronel Octacílio Barbosa da Silva,

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ Processos indenizatórios. APERS 2146-1200/02-6, p. 12-14.

¹⁶⁴ Ibid., p. 12.

capitão Rosalino dos Santos Dutra, capitão João Nunes Castilhos e tenente Antônio Carvalho França.

Com essas colocações, passo a compreender que a presença de alguns oficiais na Brigada Militar e filiados ao PTB (e por vezes ligados ao Diretório Ernesto Dornelles) advém da perspectiva política desse partido, que no Rio Grande do Sul, conforme Ribeiro, tomou dimensões diferentes quando Leonel Brizola chega a posições mais altas. Para o autor, questões como a reforma agrária, melhoria do ensino para todos e o nacionalismo se acentuam.¹⁶⁵ Durante o período em que Brizola esteve à frente do Executivo gaúcho e se pautou em agosto de 1961 pela liderança na Campanha da Legalidade, pode-se depreender que os polícias militares poderiam de alguma forma ser influenciados pela posição política do governador. Com base nas fontes disponíveis, essa questão é mais bem elucidada quando alguns oficiais como o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, o capitão Maildes Alves de Mello, o capitão Rosalino dos Santos Dutra e o capitão João Nunes de Castilhos afirmam nos processos indenizatórios sua ligação com o PTB e/ou o Diretório Ernesto Dornelles.

3.3 O pós-golpe e as consequências aos oficiais da Brigada Militar

A construção da oposição ao golpe de 1964 resultou em acusações, que indicavam os oficiais da Brigada Militar como subversivos, ou seja, eles estariam indo contra uma ordem constituída. No entanto, à época, a interpretação do que seria seguir a ordem constituída divergia entre aqueles que se opunham à deposição de João Goulart e os que a apoiavam. Com a efetivação da deposição e a consequente chegada ao poder da “coalizão anti-Goulart”, logo se iniciou o processo de perseguição àqueles que passaram a constituir a oposição ao regime instaurado. Esse processo se estendeu aos policiais militares. Como colocado no quadro no capítulo 3 desta monografia, alguns foram demitidos e outros reformados. Mas essas foram consequências institucionais. Nesse subcapítulo, avalio a partir dessas consequências institucionais, as consequências psicológicas e físicas, já que muitos dos policiais foram presos e nessas condições podiam sofrer as mais variadas sevícias.

Em seu livro de memórias, Maildes Alves de Mello, parafraseando uma frase de Victor Hugo (abram-se escolas, fechem-se prisões) escreveu: “fechem-se escolas e abram-se prisões”.¹⁶⁶ Essa frase foi escrita para se referenciar ao momento político em que se estava vivendo, que no caso de Porto Alegre, o Colégio Paula da Gama deixou de ser um espaço

¹⁶⁵ Ribeiro, op. cit., p. 101.

¹⁶⁶ Mello, op. cit., p. 60.

escolar para ser uma prisão. Nessa localidade, o capitão Maildes declarou ter passado 55 dias, onde presenciou momentos como os descritos abaixo.

Ali passamos dois meses, numa vida de monotonia, tédio, apreensão e alguns sobressaltos. Hora ou outra, com a notícia de que seríamos removidos para a Ilha de Marajó ou Ilha das Cobras, e mesmo para Fernando de Noronha. Quando não, de ouvido para ouvido, a informação de fuzilamento!

Por duas vezes correu esse boato. De metralhadoras, chegamos a nos ver rodeados. Uma delas foi na noite de 1º de maio de 1964. Com os boatos que nos alcançaram, chegamos a pensar que a hora teria aportado. Ou seria o fuzilamento, ou o transporte para local distante. Nenhuma coisa nem outra, todavia ocorreu.¹⁶⁷

As constantes ameaças de fuzilamento não se tornaram realidade, mas a transferência foi efetivada para o Presídio Militar, não só o capitão Maildes, mas também o coronel Mauro Pereira Caloy, o coronel Militão da Silva Neto, o coronel Dirceu de Assis Canabarro Trois, o tenente-coronel Daisson Gomes da Silva, o tenente-coronel Solon Pelanda Franco, o tenente-coronel Emílio João Pedro Neme, o major Walter Emílio Nique, o major Jacques da Rocha Mota, o capitão Lauro Lelis da Rosa e os tenentes Helvio Rodrigues Ribas, Miguel Archanjo de Farias e Igor Antônio Gomes Moreira.¹⁶⁸ Para poder compreender essas consequências buscamos em Ragnini a perspectiva do sofrimento psíquico, através do qual foi possível analisar as declarações presentes nos processos indenizatórios. Para o autor, o sofrimento psíquico se refere ao peso que um expurgo e/ou a prisão teve na vida os policiais militares. Isso significa buscar compreender o subjetivo de cada um desses indivíduos, que através dos interrogatórios expressos no processo de acusação não se torna perceptível. Escrever ou relatar o medo, a preocupação, a tristeza, a angústia e mesmo a discriminação durante a ditadura civil-militar por ser já ter sido preso e perseguido é um caminho difícil de ser estabelecido. Por essa razão, nessa parte da monografia busco respeitar ao máximo o que processo indenizatório aponta através das declarações. Não se trata, portanto, nesse momento, de confrontar fontes para buscar uma análise que torne o conhecimento histórico mais condizente o possível, mas sim de expressar aquilo que por muitas vezes foi negado a esses policiais. Dessa forma, os familiares do coronel Mauro Pereira Caloy, ao escreverem o porquê de que deveria ser concedida a indenização, ressaltam as consequências psíquicas e físicas das prisões.

¹⁶⁷ Ibid., p. 61.

¹⁶⁸ A informação dessa transferência da prisão foi retirada de um boletim da Brigada Militar transcrito por Mello, op. cit., p. 69.

Senhor Presidente da Comissão, realmente não temos provas do que se passou, mas ficamos sabendo que na época da prisão de nosso pai, este teve uma paralisia do lado esquerdo do corpo, cuja a [sic] origem ele não queria falar, pois ele era muito orgulhoso para admitir tal fato. Todavia, Vossa Senhoria deve saber que, as instituições são muito eficientes em esconder e apagar registros de torturas. Se houveram torturas físicas o tempo apagou, mas as torturas psíquicas estão [sic] presentes em cada um dos filhos, como consequência de um passado de desamparo e falta de amor pelos filhos da pátria.¹⁶⁹

As consequências do golpe de Estado de 1964 para os militares que tentaram resistir foram as mais severas possíveis. O distanciamento do pesquisador no momento em que se depara com declarações nos processos indenizatórios de familiares e mesmo alguns dos oficiais deve ser exercido ao máximo, porém a sensibilização é inevitável. Ragnini busca em sua dissertação explorar essas consequências a partir de uma perspectiva que leve em conta justamente a subjetividade psicológica de policiais militares que além de expurgadas foram constantemente perseguidas pelo regime instaurado. Perpassam por essas questões os momentos de tortura.

Outro aspecto salientado por eles é que, mesmo após expurgados, eram perseguidos e presos. Nas prisões, isolados, pois não podiam comunicar-se com ninguém, passaram frio, fome, sono, com as decorrentes consequências físicas e psicológicas, e foram sendo privados, até mesmo, de satisfazer às suas necessidades fisiológicas. Eles sofreram punições e castigos; tortura psicológica através da privação do sono; privação dos alimentos; tortura acústica, por sons ensurdecedores provocados propositalmente para desestabilizá-los; foram obrigados a permanecer em pé durante um dia inteiro e até por dias seguidos; permanecer em locais com falta de luminosidade, conforme relatado quando disseram que permaneciam “na penumbra” e “lia a Bíblia à luz de vela.” Outro entrevistado descreve a situação constrangedora e humilhante que passava ao sentir necessidade de realizar suas funções fisiológicas quando estava preso incomunicável, pois era acompanhado de “baioneta calada para ir numa patente,” e, para urinar, dispunha de “uma latinha.”¹⁷⁰

O coronel Mauro Pereira Caloy esteve preso no DOPS, na Penitenciária Estadual e no Presídio da Ilha.¹⁷¹ Sobre a prisão, também há o relato presente no processo indenizatório do tenente Helvio Rodrigues Ribas.

¹⁶⁹ Processos indenizatórios. APERS 5496-1200/98-6, p. 2.

¹⁷⁰ Ragnini, op. cit., p. 122.

¹⁷¹ Processos indenizatórios. APERS 5496-1200/98-6, p. 62.

A todos movimentos políticos nacionais e internacionais era constantemente preso recebendo tratamento de violência moral e físicas, confinados juntamente com outros presos políticos em cubículos infectos e péssima alimentação. O requerente não podia dormir tranquilo em vista do perigo constante que lhe rondava, causando assim efeitos psicossomáticos e problemas de ordem física, esperava sempre o pior acontecer. Quem viveu àqueles momentos de terror sabe da verdade!¹⁷²

Para esse tenente, que foi constantemente perseguido e impedido de exercer outras atividades laborais, a depressão foi um quadro dos sintomas psicológicos e emocionais presentes na vida. Em relação ao capitão João Nunes de Castilhos, os familiares escreveram sobre as consequências das prisões e da perseguição para toda a família.

Hoje eu diria que não somente ele foi torturado no mais fundo do se coração e de sua alma leal e boa, mas eu e nossos filhos também fomos torturados, com as horas de desespero que tão malfadado golpe nos impingiu. Por todas as chances que roubou de nossos filhos na hora que mais precisavam. Foi tortura sim, destruírem os nossos sonhos e nossos projetos, pisados por botas impiedosas que jogaram tudo por terra, sem pensarem nos inocentes que iriam ferir indelevelmente. Alguns embriagados de poder, poderiam ter feito muito por sua terra e por sua gente, no entanto só pensaram na destruição e perseguição a seus colegas de farda.¹⁷³

Nesse sentido, percebo a dificuldade de uma sobrevivência em paz durante o regime instaurado. Essa sobrevivência, a partir da análise dos processos indenizatórios, é possível de ser caracterizada como um processo em constantes dificuldades, tendo em vista a existência das relações conflituosas entre um novo presente (o pós-golpe) e um passado supostamente apagado (o pré-golpe).

A questão a ser colocada então se refere à forma como esses policiais poderiam conduzir uma oposição à ditadura civil-militar, já que muitos continuaram a ser perseguidos. O Estado possuía em muitos sentidos o aparato repressivo que naquele momento foi capaz de por fim a muitas histórias de vida que se dedicaram a todo o momento a se opor e a buscar o fim do regime. Não foi diferente com esses oficiais da Brigada Militar.

4 Conclusão

¹⁷² Ibid. APERS 2813-1200/02-0, p. 08.

¹⁷³ Ibid. APERS 6984-1200/98-7, p. 08.

O golpe civil-militar de 1964 significou uma ruptura com o governo de João Goulart e assim também foi com a democracia. Mecanismos como as demissões, expurgos e prisões foram inseridos no processo de legitimação da ditadura, o que resultou na tentativa de retirar de várias esferas da sociedade os opositores. É nesse ambiente que os 39 oficiais da Brigada Militar, acusados de subversão, estão inseridos. Por algum tempo, esses oficiais foram entendidos pela bibliografia analisada neste trabalho como integrantes de um grupo de opositores ao golpe. Esse entendimento surgiu principalmente a partir da leitura de uma fonte específica, um processo de acusação, que considerou os militares como pertencentes aos Grupos dos Onze da Brigada Militar. Nessa perspectiva, pude depreender que as razões que levaram esses a se oporem ao golpe de Estado estavam relacionadas às questões de proximidade política com o político Leonel Brizola, já que esse foi um dos que conduziu a construção dos Grupos dos Onze. Além disso, a bibliografia que tratou do tema dos militares próximos a Leonel Brizola, destacou a atuação dos subalternos como os responsáveis pelo estabelecimento dessa relação. Todavia, as fontes que tive acesso, entre elas o processo de acusação, os processos indenizatórios e o livro de memórias, permitiram-me perceber novas questões sobre esse tema.

Levando em consideração o objetivo do trabalho que foi analisar as razões que levaram os oficiais da Brigada Militar a se oporem ao golpe civil-militar de 1964, pude notar que não eram militares subalternos que estavam envolvidos na ação e sim militares de alto grau hierárquico. Pude notar também que o fato de haver um processo de acusação que indicou esses oficiais como integrantes dos Grupos dos Onze, pode não significar que houve tal participação ativa, pois no contexto da época, acusar alguém de pertencer a esses grupos era um processo comum de legitimação da ditadura e desqualificação dos opositores, ou seja, acusar alguém de tal pertencimento não significou que esse indivíduo fizesse parte dessas organizações. Soma-se a isso, o fato de que a acusação de pertencimento aos Grupos dos Onze foi inserida no inquérito policial militar, coordenado por um policial militar e quando chega à Justiça Militar, ela não é mais considerada, revelando assim os meandros do procedimento jurídico iniciado por um IPM, cujo responsável pelo andamento foi um coronel escolhido pelo então comandante da Brigada Militar, que possuía interesses em retirar da instituição os oficiais que se opuseram ao golpe.

Com essas ressalvas feitas ao que já foi produzido sobre o tema, pude iniciar a sistematização daquilo que passei a considerar como sendo uma diversidade de razões que levaram à oposição. Percebi que se opor ao golpe não estava apenas relacionado à

proximidade com as posições políticas de Leonel Brizola, mas estava relacionado também a uma heterogeneidade de motivos. Sistematizando esses motivos, foi possível compreender alguns níveis e subníveis. O primeiro se refere à oposição ao golpe enquanto uma ação de defesa do trabalhismo, pois nessa questão João Goulart significava a manutenção desse projeto enquanto presidente da República. Nesse nível, pode-se dizer que houve três caminhos de atuação (três subníveis): a filiação ao PTB, a filiação ao Diretório Ernesto Dornelles e apenas uma simpatia ao projeto político trabalhista, sem estar necessariamente filiado a essas duas outras organizações. O significado de Leonel Brizola para os oficiais também variou, dessa forma, pode-se dizer que nesses três subníveis, houve aqueles que seguiam a liderança do político, outros ponderavam algumas questões que ele defendia e outros não seguiam. Há ainda o caso de um oficial considerar como liderança o então presidente João Goulart.

Um segundo nível se refere à oposição ao golpe enquanto uma ação de compromisso institucional. Isto é, a oposição ocorreu porque ao entrar na Brigada Militar, foi feito um juramento de garantir e defender a ordem constitucional, que era a continuidade de João Goulart na Presidência da República. Embora o compromisso institucional fosse importante, a simpatia pela política não era excluída, já que nesse nível houve oficiais que seguiam a liderança de Leonel Brizola e outros não.

O terceiro nível pode ser compreendido como o não envolvimento com quaisquer partidos ou organizações políticas. Nessa questão, pode-se separar em dois subníveis: aqueles que se opuseram ao golpe sem defender qualquer ideologia e aqueles que se opuseram, não estando filiados, mas declarando simpatia ao nacionalismo progressista ou ao trabalhismo, por exemplo.

Um quarto nível se refere à ligação ao Movimento Nacionalista, sendo que se pode dividir em dois subníveis: os que seguiam Leonel Brizola e os que não seguiam. Outro subnível se refere à filiação ao PTB e/ou ao Diretório Ernesto Dornelles, ao mesmo tempo da associação ao Movimento Nacionalista, enquanto o outro subnível se refere apenas à associação a esse Movimento.

Sumariamente, a oposição desses oficiais esteve relacionada a algumas dinâmicas da política do período, entre elas a relação com o PTB, Diretório Ernesto Dornelles, Leonel Brizola, João Goulart e Grupos dos Onze. Sobre algumas delas, pode-se dizer que: em relação ao PTB e ao Diretório Ernesto Dornelles, esse foi um espaço de atuação política para os oficiais, onde os mesmos puderam se candidatar a eleições dentro das organizações, com o objetivo de ocupar espaços de decisões sobre a atuação política desses organismos.

Em relação a Leonel Brizola, considerado como um dos líderes e articuladores dos militares opositores à ditadura, sua representação aos oficiais divergia, pois enquanto alguns seguiam o político, outros não o fizeram, por considerarem a coletividade da organização política como o PTB e o Diretório Ernesto Dornelles mais importante que a figura de uma única pessoa. Aqueles ligados a Leonel Brizola, em sua maioria, estiveram de alguma forma envolvidos com o período em que esse governou o estado do Rio Grande do Sul, constituindo assim uma linha de continuidade no pensamento político. Não foi possível perceber, através das fontes, se as estratégias adotadas por Brizola para contar com o apoio de alguns oficiais foram diferentes das adotadas com os militares subalternos. O que percebi foi que o ímpeto de apoiar Brizola em 1964 na oposição ao golpe ocorreu em consonância com o apoio à Campanha da Legalidade em 1961. Percebi ainda que em relação a João Goulart, o apoio a esse ocorreu já pelo histórico de proximidade com demandas de reformas na área do trabalhismo, as quais alguns oficiais declararam simpatia por essas mudanças.

Já em relação aos Grupos dos Onze, percebo que o fato de alguns oficiais terem assinado uma carta, dizendo-se integrantes desses grupos, pesou em muito no momento em que se resolveu acusá-los de subversão. A carta pode indicar algum simpatia com esses grupos, mas após a avaliação feita sobre as fontes e a bibliografia, compreendi que o simbolismo que tal acusação envolveu os policiais foi suficiente para que os mesmos fossem durante muito tempo considerados como subversivos, comunistas, etc. Ou seja, fazia sentido para aqueles que coordenaram o IPM a inclusão dos oficiais como integrantes desses grupos, razão pela qual levantei a hipótese da inexistência dessa organização na instituição.

Essa análise não se constitui como um fim em si mesma, pois com a disponibilidade de novas fontes, pode-se fazer novos questionamentos e mesmo apontar outros motivos que levaram à oposição. Todavia, penso que essa pesquisa trouxe novos elementos para compreender a atuação dos policiais da Brigada Militar e inovou ao considerar a perspectiva de análise que refletiu sobre heterogeneidade de motivos que levaram os oficiais a construir a oposição ao golpe de Estado de 1964. Penso também que, de alguma forma, esse trabalho possa contribuir para a discussão sobre a relação entre militares e política, ampliando assim os campos de pesquisa sobre o assunto.

5 Referências

Fontes primárias

BRIGADA MILITAR. *Brigada Militar na Legalidade*. Edição Especial. Porto Alegre: Corag, 2011. Disponível em <<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Multimidea/Internet/Banner/RevistaLegalidade.pdf>> Acesso em 01 OUTUBRO 2016.

MELLO, Maildes Alves de. *Jantar dos Inocentes – a Saga dos Expurgados*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 2008.

PROCESSO 284 - Disponível BNM Digital.

PROCESSOS INDENIZATÓRIOS - Disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Os processos pesquisados são os dos militares a seguir citados: coronel Mauro Pereira Caloy (5496-1200/98-6 - APERS), coronel Militão da Silva Neto (2860-1200/02-0 - APERS), 1º Tenente Helvio Rodrigues Ribas (2813-1200/02-0 - APERS), capitão João Nunes de Castilhos (6984-1200/98-7 - APERS), capitão Maildes Alves de Mello (6023-1200/98-0 - APERS), capitão Rosalino Santos Dutra (2146-1200/02-6 - APERS), tenente-coronel Emilio João Pedro Neme (6229-1200/98-2 - APERS).

Bibliografia

ARAUJO, Rafael de Borba. *A Brigada Militar e a Segurança Nacional: inimigo interno e guerra revolucionária na Academia de Polícia Militar do Rio Grande do Sul – 1980/1985*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2013.

BACELLAR, Caros. “Uso e mau uso dos arquivos”. In: PINSKY, Carla (orgs). *Fontes Históricas*. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2011. P. 23-80.

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze?: os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai -RS*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2003.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul – notas preliminares*. *Historiae* (FURG), Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 67-86, 2014.

_____. *Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964*. *Antíteses* (UEL), Londrina, v. 8, n. 15, p. 178-202, 2015.

CHAGAS, Fábio Gonçalves das. *O Nacionalismo Revolucionário e a resistência à ditadura nos anos 1960 no Brasil*. *Locus*, Juiz de Fora : UFJF, v. 17, p. 161-193, 2012.

CHIRIO, Maud. *A política nos Quartéis - Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge. *A Frente de Mobilização Popular, a esquerda brizolista e a crise política de 1964*. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), Recife, v. 1, n.1, p. 103-126, 2004.

_____. “O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3), p. 343-405.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. *De exército estadual à polícia militar: o papel dos policiais na policialização da Brigada Militar (1892 – 1988)*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2010.

MACIEL, Wilma Antunes. *Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2009, p. 13.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a Caserna – a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

_____. *A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*. LASA 2003 International Congress. 2003.

NEVES, Evelise Zimmer. *Comissão Especial de Indenização a ex-presos políticos do Estado do Rio Grande do Sul: significados e perfil dos atingidos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA, Marcelo D’Alencourt. *As relações políticas de João Goulart e Leonel Brizola no governo Jango (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra; LAMEIRA, Rafael Fantinel. “Introdução – 1964: o Rio Grande do Sul no olho do furacão”. In: PADRÓS, Enrique Serra, *et alli* (Orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2010, vol. 1, p. 33-50.

RAGNINI, Sócrates Mezzomo. *O sofrimento psíquico dos expurgados da Brigada Militar no período da repressão: 1964-1984*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo. 2005.

RIBEIRO, Lucas Cabral. *Os Onze da Brigada Militar: as relações políticas da Brigada Militar e seus conflitos internos na consolidação do Golpe Civil-Militar de 1964*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2013.

RODEGHERO, C. S.; GUAZZELLI, D. ; DIENSTMANN, G. “Prisões, cassações, expurgos e IPMs”. In:_____. *Não calo, grito. Memória Visual da Ditadura Civil-militar no Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013. v. 1, p. 39-48.

ROLIM, César Daniel de Assis. *Leonel Brizola e os Setores Subalternos das Forças Armadas Brasileiras: 1961-1964*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. *Ditadura e Justiça Militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964-1980)*. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2011.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política – as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos Onze: poder, política e repressão na região do Alto Médio Uruguai – RS 1947/1968*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, UPF, Passo Fundo, 2003.

WASSERMAN, Claudia. “O golpe de 1964: Rio Grande do Sul, ‘celeiro’ do Brasil”. In: *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2010, vol. 1, p. 51-70.

ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: a transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. TCC (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

Sítios eletrônicos consultados

<http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=49195&hTexto=&Hid_IDNorma=49195>

Acesso em 01 OUTUBRO 2016

<<http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/o-que-e-o-bnm>> Acesso em 16 AGOSTO 2016

< <http://bnmdigital.mpf.mp.br/#!/bnm-digital>> Acesso em 16 AGOSTO 2016

<<https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/Multimidea/Internet/Banner/RevistaLegalidade.pdf>>

Acesso em 01 OUTUBRO 2016.

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html>> Acesso em 20 AGOSTO 2016

<<http://www.cms.eb.mil.br/index.php/home-2/historico>> Acesso em 01 OUTUBRO 2016

<<http://www.cms.eb.mil.br/index.php/home-2/comando-cms/ex-comandantes>>

Acesos em 01 OUTUBRO 2016

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-nacionalista-brasileiro>> Acesso em 20 OUTUBRO 2016

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=6227&tipo_norma=DEL&data=19440124&link=s> Acesso em 18 SETEMBRO 2016.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>
Acesso em 01 OUTUBRO 2016

<http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm> Acesso em 10 outubro 2016

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0925.htm>; Acesso em 20 AGOSTO 2016

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm> Acesso em 20 AGOSTO 2016

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em 20 AGOSTO 2016

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm> Acesso em 04 SETEMBRO 2016.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1802.htm> Acesso em 18 SETEMBRO 2016.